

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRAJETÓRIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA: HISTÓRIA DE VIDA DE
FRANCIMAR SANTOS.**

**Aline Manuelle Cordeiro de Oliveira
Narjara Ramos de Oliveira**

Orientadora Prof^ª. Msc. Iraci de Carvalho Barroso

**MACAPÁ-AP
2013**

Aline Manuelle Cordeiro de Oliveira
Narjara Ramos de Oliveira

**TRAJETÓRIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA: HISTÓRIA DE VIDA DE
FRANCIMAR SANTOS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientadora Prof^a. Msc. Iraci de Carvalho Barroso

MACAPÁ-AP
2013

Aline Manuelle Cordeiro de Oliveira.
Narjara Ramos de Oliveira.

**TRAJETÓRIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA: HISTÓRIA DE VIDA DE
FRANCIMAR SANTOS.**

Monografia apresentada à Universidade
Federal do Amapá como requisito parcial para
obtenção do grau Licenciatura e Bacharelado
em Ciências Sociais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Msc. Iraci de Carvalho Barroso - UNIFAP

Prof^ª. Msc. Fátima Carrera Guedes Dantas - UNIFAP

Prof^º. Msc. Luciano Magnus de Araújo – UNIFAP

Coordenação de Ciências Sociais
Abril de 2013

A todas as mulheres que adentram os espaços de poder diariamente. A todos que buscam a equidade de gênero na sociedade. Aqueles que de um modo geral acreditam nas mudanças sociais ainda quando estas parecem improváveis.

AGRADECIMENTOS

A Deus por nos conceder a capacidade cognitiva e tornar possível a construção do conhecimento.

Às nossas famílias e amigos que estiveram nos apoiando durante nossa vida acadêmica e ajudaram a superar momentos difíceis nesta caminhada.

À Francimar Santos, que acolheu e se dispôs a este trabalho, juntamente com seus companheiros que contribuíram com este estudo.

A nossa orientadora professora Msc. Iraci Barroso por toda compreensão, paciência e motivação.

À professora Ana Cristina Soares pelas contribuições iniciais ao nosso trabalho.

A todos os professores que proporcionaram todo conhecimento e aprendizado necessário para nossa formação acadêmica, profissional e pessoal.

A todos os amigos de classe pelas trocas de experiências e convivência saudável durante todo o curso.

“Haveria menos conflitos, o planeta seria mais bem cuidado e os direitos humanos ganhariam respaldo quanto mais mulheres chegassem ao poder.”

(Michelle Bachelet)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA SOCIEDADE	14
1.1 Conceito de poder	14
1.1.1 O empoderamento de mulheres na política	17
1.2 Participação política	19
1.3 A condição da mulher na política brasileira	24
1.3.1 Aspectos centrais da mulher no contexto político amapaense	28
1.4 Ações afirmativas como equidade de gênero feminino no âmbito político ...	30
1.5 Surgimento da lei nº. 9.100/1995 e a sua expansão	32
2 INÍCIO DA HISTÓRIA POLÍTICA DE FRANCIMAR SANTOS	36
2.1 Vida e política	36
2.2 Aproximação com o mundo político	37
2.3 Ligação sindical e inserção político-partidária	42
3 ELEIÇÕES E GESTÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO	48
3.1 Breve descrição de Serra do Navio	48
3.2 Os primeiros anos de Francimar Santos no município e a candidatura ao legislativo	50
3.3 A gestão na prefeitura	54
3.3.1 Os últimos anos na prefeitura	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNCICES	72
ANEXOS	77

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Francimar em comício do PT na década de 80	35
FIGURA 02: Francimar Santos candidata à deputada constituinte década de 80	43
FIGURA 03: Câmara de vereadores – Serra do Navio	52
FIGURA 04: Plenário da câmara de vereadores Serra do Navio	52
FIGURA 05: Prefeitura de Serra do Navio	55
FIGURA 06: Escola Beija flor	56
FIGURA 07: Creche municipal Beija flor	56
FIGURA 08: Francimar na premiação do selo da UNICEF – 2012	59
FIGURA 09: Marcha das Marias de Nazaré	60
FIGURA 10: Centro de convivência da melhor idade	61
FIGURA 11: Entrega da ambulância para comunidade de Água Branca	62
FIGURA 12: Precária camada asfáltica	63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Vereadoras em Serra do Navio	30
QUADRO 02: Resultado da Eleição para vereador Serra do Navio em 2000	53
QUADRO 03: Eixo de Impacto Social	57
QUADRO 04: Eixo de Gestão de Políticas Públicas	58

RESUMO

Este estudo tem como foco a participação e trajetória política da amapaense Francimar Santos, demonstrar o começo da sua vida política até a atualidade para expor a temática sobre mulher e poder. Para contribuir com os estudos sociológicos sobre mulher e política, realizou-se contextualização sobre o referido tema e foi adotado o método qualitativo de história de vida, através de entrevistas com pessoas que participam ou participaram da trajetória de Francimar. No primeiro capítulo explana-se teoricamente sobre o poder e a participação política feminina de forma histórica e atual, considerando os aspectos nacionais e a conjuntura amapaense. No segundo capítulo enfatiza a militância nos movimentos sociais/sindicais e os fatores que influenciaram a construção da sua liderança partidária. No terceiro capítulo é discutida a atuação política enquanto representante eleita em Serra do Navio, as ações que executou e as condições que estiveram presentes nos seus mandatos de vereadora e prefeita. Abordou-se a trajetória evolutiva e contínua, como conseguiu espaço no seu partido político, e seus maiores incentivos e mandatos após anos de militância. A experiência de trinta e três anos de ativismo político traz o debate de que o processo de construção para uma mulher que decide desenvolver sua trajetória é longo. Contudo é necessário promover o acesso de mulheres aos cargos eletivos no Amapá e valorizar experiências positivas no sentido de romper com desigualdades históricas presentes ao engajamento político feminino.

Palavras-chave: participação política, trajetória, mulher e poder.

ABSTRACT

This study focuses on participation and political trajectory of Amapá Francimar Santos, demonstrating the beginning of his political life until today to expose the issue about women and power. To contribute to sociological studies of women and politics, held on the said topic contextualization method was adopted and qualitative life story through interviews with people that participate the trajectory of Francimar. The first chapter explains theoretically be about power and political participation by women historically and today, considering the national situation and Amapá. In the second chapter emphasizes activism in social movements/unions and the factors that influenced the construction of their party leadership. The third chapter discusses the political action as an elected representative in Serra do Navio, the actions performed and the conditions that were present in their mandates councilwoman and mayor. Addressed the evolutionary trajectory and continuous, as managed space in his political party, and its greater incentives and mandates after years of militancy. The experience of thirty-three years of political activism brings the debate of the construction process for a woman who decides to develop his career is over. However it is necessary to promote women's access to elected positions in Amapá and enhance positive experiences in order to break with historical inequalities present at female political engagement.

Keywords: political participation, trajectory, women and power.

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres nas estâncias de representação política no Amapá ainda é pouco expressiva e além disso, é necessário promover a construção deste empoderamento feminino. Este estudo intitulado: “*Trajetória e participação política feminina: história de vida de Francimar Santos*” visa expor a militância feminina bem como sua atuação enquanto representante política para tratar das relações que se estendem ao segmento feminino.

Diante deste cenário, é imprescindível incentivar a inserção das mulheres em âmbito político. Dessa forma, este estudo acadêmico intenciona contribuir para preencher não somente a lacuna da escassez de trabalhos voltados a esta temática, mas também pretende valorizar e reconhecer as mulheres enquanto pessoas capazes de influenciar no público, uma vez que são raros os trabalhos da literatura acadêmica que protagonizam uma mulher.

A relevância deste estudo foi conhecer a trajetória política de uma mulher, o início de seu interesse pela política, os entraves, incentivos e decisões que se manifestaram desde o início de sua inserção na política informal. Ou seja, a construção de uma militância feminina até se chegar ao cargo eletivo. Tendo em vista que a mesma representa a aquisição de participação política da mulher amapaense, pois o espaço político somente teve maior abertura às mulheres no Amapá como relata Souza (2007) após a criação do Estado.

O objetivo geral teve como enfoque estudar a história da vida política de Francimar Santos. Já, os objetivos específicos objetivaram: a) verificar o início de sua trajetória em movimentos políticos; b) analisar se os seus projetos e suas gestões como prefeita e vereadora beneficiaram realmente a população; e c) identificar suas conquistas, seus obstáculos em sua carreira política e se durante sua trajetória foi discriminada por ser do sexo feminino.

Este estudo abordou o seguinte problema: Como se constrói a trajetória e participação de uma mulher na política?

Esta pesquisa apresentou como hipóteses alguns pontos: o reconhecimento do seu papel como sujeito político e protagonista de mudanças que consolidem a cidadania da mulher. A necessidade de uma gestão feminina de qualidade que leve a mandatos posteriores, e a determinação e perseverança no cenário político desde a militância até o cargo representativo.

A metodologia desta pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa que, segundo Deslandes; Gomes e Minayo (2007) desenvolve nas Ciências Sociais a

interpretação dos fenômenos tendo como ponto de partida a óptica dos entrevistados sobre as próprias realidades e os significados a partir da sua origem, ou seja, do ator social.

“[...] análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada ao pesquisador.” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2007, p.27)

Foi utilizada a abordagem qualitativa e o método da história de vida onde é possível fazer a relação entre a trajetória individual e trajetória social, o método de história de vida ao explicitar a experiência de uma pessoa e fundamentar o trabalho dentro de uma trajetória biográfica permite entender a vida coletiva de um grupo a partir de um membro nos seus principais aspectos que atingem esse grupo, isto, sem descartar as variáveis que podem abranger este determinado indivíduo. É possível representar as situações gerais que são compartilhadas por determinada categoria de pessoas (SILVA et al, 2007). Haguette (1987) afirma que a história de vida é um instrumento capaz de apreender o fenômeno em movimento, sendo que as etapas do processo são descritas pelo próprio autor.

Rui Tinoco (2007) advoga que a sociologia é uma das primeiras áreas de conhecimento a adotar o método de história de vida. Assim, este método qualitativo abre espaço para dois principais tipos de enfoque:

“[...] O interesse do estudo de um caso particular prende-se normalmente por ser especialmente ilustrativo de um fenômeno mais global. A biografia pode centrar-se nos detalhes do indivíduo ou, pelo contrário, utilizar a história de vida recolhida para compreender as regras e funcionamento de um certo grupo social. Neste caso, a motivação da investigação não se centra na história de vida propriamente dita, mas no que ela autoriza concluir das relações interpessoais de determinada comunidade de pessoas” (TINOCO, 2007, p.04)

É possível abordar a história de um indivíduo de forma total ou exclusivamente sob uma determinada temática dependendo dos objetivos da pesquisa (TINOCO, 2007). A linha adotada nesse estudo foi a segunda, pois o estudo centrou na vida política de Francimar Santos, mais especificamente nos anos de militância e mandatos.

Além da cidade de Macapá onde vivem seus antigos companheiros de militância, a pesquisa de campo foi realizada com viagens ao município de Serra do Navio, local onde reside Francimar Pereira da Silva Santos, objeto de estudo dessa pesquisa e onde a mesma desempenha suas atividades profissionais.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: a observação direta das atividades de Francimar Santos, entrevistas semi-estruturadas e gravadas com ela e demais pessoas (secretários, assessores mais próximos, líderes políticos e afins) que a conhecem e participaram de sua vida política, documentos de arquivo pessoal, além de registros de domínio público que serviram de base para a análise e fundamentação do trabalho e comprovação da veracidade dos relatos.

No primeiro capítulo foi contextualizada a participação política feminina na sociedade, abordando os principais aspectos históricos gerais e especificamente da realidade brasileira/local. Nesse capítulo abordaremos categorias de estudo que orientaram a pesquisa.

Em relação ao segundo capítulo, houve a exposição de como começou a militância de Francimar Santos, bem como as influências que sua introdução sofreu seja de ordem pessoal, profissional ou cultural. Ao que se refere à primeira fase política de sua trajetória, quando ainda não exercia cargo eletivo.

O terceiro capítulo discorreu sobre a fase mais avançada de sua atuação política no município de Serra do Navio quando a mesma já atuava na esfera formal de representação nos doze anos de mandato que ocupou. É abordada ainda, a forma como ocorreu a transição para o lançamento de suas candidaturas, além dos problemas que Francimar enfrentou em sua gestão, bem como as ações que a mesma praticou.

Esta pesquisa buscou discutir a problemática de todo um processo de construção da trajetória política de um caso feminino. Foi analisado através dos pressupostos teóricos o quanto prevalecem os obstáculos que excluem a mulher do âmbito político formal. Todavia, foram desenvolvidos os caminhos percorridos por Francimar Santos durante o rompimento de barreiras que ainda se fazem presentes para a maioria das mulheres.

1. PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA SOCIEDADE

1.1. Conceito de poder

Segundo Weber (1987, p. 107): “O conceito de poder é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades concebíveis de circunstâncias podem pôr alguém numa situação na qual possa exigir obediência à sua vontade. [...]”. Esta concepção weberiana de poder parte da visão de uma sociedade-sujeito, resultado dos comportamentos normativos dos agentes sociais.

“[...] Para Weber o poder se manifesta através de quatro níveis: 1. O poder amorfo (que poderíamos identificar como um poder puro) que se manifesta nas relações perfeitamente assimétricas (quem manda não deve obediência) não necessita explicar/justificar; 2. Os submetidos reconhecem a legitimidade da autoridade, aceitam-na como se fosse inevitável; 3. A relação acontece no campo dos interesses, influencias e mediações; 4. A subordinação se dá de forma inconsciente, isto é, o subordinado não se dá conta dessa relação.” (COSTA, 2010, p.p. 867, 868)

Conforme Weber (1987) o poder ainda que genuíno, amorfo, não vive como atributo próprio de uma pessoa, ele desperta na ocasião em que os indivíduos agem em reciprocidade, e determinam ou admitem o mando alheio. Ele está diretamente relacionado com conflito e resistência, ou seja, diz respeito à probabilidade de impor sua própria vontade dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.

“ [...] Essa obediência é assegurada por diversos contextos sociais que vão desde a crença na existência de uma espécie de dom especial por parte do detentor individual do poder (o poder do indivíduo), de uma maneira puramente íntima, sentimental, religiosa, etc. até a crença na justiça do conjunto das instituições legais ou consensuais do mundo moderno [...]” (COSTA, 2010, p. 867)

De acordo com Weber (1999) poder e dominação possuem suas diferenças e por esta razão não podem ser tratados como sinônimos, o primeiro enfatiza a possibilidade de induzir ou influenciar o comportamento de outro indivíduo, seja utilizando-se de repressão, influência ou de regras fixadas. O segundo, dominação, é o direito alcançado de se fazer obedecido e exercer influência dentro de um número de pessoas, podendo fundamentar-se como motivo de submissão em tradições e costumes institucionalizados, qualidades excepcionais de

determinados indivíduos, afeto, interesses ou regras estabelecidas racionalmente e aceitas por todos. A dominação seria o conjunto de razões para se exercer o poder.

Com base em Weber (2008) a autoridade pode ser de três tipos dependendo principalmente das bases da sociedade em questão, ou seja, das bases de sua legitimidade. Esses tipos, descritos pelo autor, não podem ser encontrados de maneira pura na realidade, pois se apresentam combinados.

“[...] “Poder tradicional”, que o patriarca ou senhor de terras exercia antigamente. Em segundo lugar, existe a autoridade que se baseia em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se diferencia por suas qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. Desse jeito é o poder “carismático”... existe a autoridade que se impoe pela “legalidade”, pela crença na validade de um estatuto legal e de uma “competência” positiva, estruturada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outras palavras, a autoridade fincada na obediência, que reconhece obrigações concernentes ao estatuto estabelecido. [...]” (WEBER, 2008, p. 61)

Tomando-se por base esses tipos citados entende-se que o poder tradicional é pessoal com base no poder emanado pela tradição. O poder carismático, também pessoal, deriva do reconhecimento da fé, enquanto que o poder legal é impessoal tendo como base a disciplina.

Magalhães (2008) em seu estudo sobre “Poder e violência: Hannah Arendt e a Nova Esquerda” coloca que o poder, para Arendt, é inseparável de toda comunidade política, precisando de legitimidade e não de demonstrar justificção, como exige a violência.

“[...] o poder, em Arendt, é o resultado direto da ação humana, e pressupõe um espaço próprio, a saber, o espaço público, que é concebido, pela autora alemã, como o espaço por excelência do poder; espaço cuja finalidade é promover a interação dos indivíduos livres, que através da palavra e do discurso, se mostram na sua pluralidade de opiniões.” (ARENDRT apud MAGALHÃES, 2008, p. 70)

Leituras sobre poder em sua maioria estão associadas à relação de dominação e exercício de autoridade. Ferreira (2010) em sua obra “Os bastidores da tribuna” coloca sua contribuição a respeito de poder:

“Poder subtende-se vontade e ação, positividade, produção de saber. Está relacionado com atitudes impositivas de indivíduos que tomam consciência de sua capacidade de intervir em diferentes espaços, seja público, seja privado. Não é abstrato, é percebido, sentido, vivenciado, não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação. [...]” (FERREIRA, 2010, p. 131)

O poder como citado anteriormente enfatiza autoridade que pode ser exercida por convenção, onde as decisões da autoridade devem ser acatadas ou impostas.

“ [...] Através de um jogo de dominação e controle os homens exercem seus poderes sobre as mulheres, que em função do medo, da possibilidade de violência, da ameaça de perda sobre posições e condições por elas valoradas, as mulheres se submetem ou simplesmente acatam esse poder. [...]” (COSTA, 2010, p. 877)

No dicionário de sociologia poder tem como definição: “Capacidade que um indivíduo ou grupo de indivíduos tem de provocar a aceitação e o cumprimento de uma ordem.” (OSBORNE, Dicionário de Sociologia, acesso 19 de dezembro 2012).

Em se tratando de poder político, o Brasil estruturou-se de forma autoritária a partir do patriarcalismo e do escravismo, que no passado mulheres e negros foram privados formalmente de seus direitos políticos e jurídicos, e considerados sub-cidadãos. “No campo do poder político e das representações formais essa invisibilidade se manifesta através da exclusão feminina das esferas institucionais de decisão e poder e da própria cidadania. [...]” (COSTA, 2010, p. 878), ou seja, e as mulheres ainda são atingidas por desigualdades reais de oportunidades.

“Ao pensar a sociedade brasileira não se pode deixar de considerar as contradições que ainda persistem e que se refletem nas grandes desigualdades sociais e regionais difundidas pelas organizações hierárquicas, responsáveis por propagar uma cultura de exclusão profundamente enraizada em corpos e mentes dos/as brasileiros/as, marcados por critérios de classe, raça e gênero. Esses critérios são determinantes na divisão e partilha do poder, cujos reflexos aparecem na desigualdade de representação legislativa e em praticamente todos os espaços de decisão e poder que vão do judiciário ao executivo, das direções sindicais e partidárias aos cargos nas universidades, entre outros.” (FERREIRA, 2010, p. 45)

Segundo Ferreira (2010) há um reconhecimento do poder das mulheres, contudo, ele refere-se à esfera doméstica, recinto familiar, onde esse poder faz pouca diferença, primeiro, por ser interpretado como inferior e depois pelo fato de sua competência em participar no mundo público não é admitido como poder.

“A luta contra as discriminações das mulheres em matéria de direitos políticos tem sido uma das ênfases do movimento feminista, desde seu surgimento quando ainda lutava pelo acesso das mulheres a educação e a conquista dos direitos civis mais elementares. [...]” (COSTA, 2010, p. 883)

As mulheres conseguiram grandes conquistas e autonomia em alguns setores como: educação, saúde, emprego. E isto no passado não passava de retórica feminista.

“Se compararmos os dados de participação feminina nos diversos setores da sociedade brasileira entre o início e o final do século XX veremos concretamente o quanto foi profunda essa transformação. Hoje somos mais de 35% do mercado de trabalho, já somos quase 51% do eleitorado do país, somos maioria entre os estudantes, conseguimos conquistar a igualdade legal e ocupar espaços até então exclusivos do mundo masculino.” (COSTA, 2010, p. 865)

Porém deve-se reconhecer que a maioria continua excluída do poder, além disso, algumas seguem vivenciando as mais diversas formas de opressão, violência e discriminação.

1.1.1. O empoderamento de mulheres na política

O processo de empoderamento político da mulher remonta na inserção feminina ao espaço público que surge com mais expressividade após sua entrada no mercado de trabalho.

Essa inserção no Brasil ainda acontece de forma gradual, pois a cultura patriarcal ainda se mostra muito presente em todos os âmbitos sociais:

“O processo de empoderamento é definido como um processo de aquisição de controle sobre a própria vida, de desenvolvimento de habilidades de fazer coisas e definir suas próprias agendas de mudança social, de organizar-se coletivamente e colocar demandas ao Estado.” (CARVALHO E RABAY, 2001 apud FERREIRA p.999)

Fenômeno recente às mulheres brasileiras segundo Ana Luiza Ferreira (2010) que se iniciou de forma mais organizada após a conquista do voto em 1932 e se intensificou em busca de democracia na década de 70. Essa mesma autora afirma que a busca em participar da política no início do século XX e por mais democracia durante o período da ditadura, são os fatores determinantes para o empoderamento feminino, impulsionando outras reivindicações posteriormente.

Para Frazão e Motta (2010) empoderar-se está relacionado ao conceito de trajetória, quando o próprio sujeito constrói e reconstrói suas ações no exercício de sua profissão, tomando como referência o conceito de trajetória estabelecido por Bourdieu (2005 apud FRAZÃO; MOTTA 2010, p.110): “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”.

Há um significado social no empoderamento que denota busca de igualdade de direitos e a não-dominação, no caso das mulheres, equidade de gênero:

“[...] O termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder em tais relações enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculada ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência.” (LISBOA, 2008, p.02)

Francimar Santos está inclusa nesta busca por um maior ativismo político e participação durante uma época (década de 80) em que era mais rara a presença de mulheres envolvidas com a militância no Amapá.

Enfrentou desafios e a resistência, inclusive, da família que no início estranhava o envolvimento político, porém, a mesma conseguiu convencê-los de seus propósitos de participar da política. Sua entrada também foi marcada por um período autoritário e optar por um segmento de esquerda significou ser discriminada duas vezes. Primeiro, por ser membro de um partido que na época antes da legalidade seus membros foram fortemente perseguidos pela ditadura. Segundo, ser mulher como colocara a irmã Francineide Pena: “[...] ligavam para casa muitas pessoas xingando. Ela foi muito xingada no início, como todo petista, mas por ser mulher os dedos que se apontaram para ela foram maiores e os xingamentos mais pesados também.” (Pesquisa de campo/ Novembro de 2012).

Francimar Santos não permitiu que a hostilidade que sentiu por querer fazer parte de um espaço culturalmente patriarcal, o cenário político, a desmotivasse. Porém, o maior espaço na esfera formal veio somente após anos de militância. É por essa razão que ela representa em fases de sua trajetória, o processo evolutivo do empoderamento feminino amapaense: na década de 80 participa de movimentos sociais, na década de 90 auxilia na administração política do município de Serra do Navio, e é organizadora de campanhas do partido, já a partir do ano de 2000, introduz-se como representante do legislativo.

“Fui presidente da associação do conselho de moradores e presidente do bairro Sta Rita em 79/80. Depois o fato de dirigir um clube de futebol o oratório clube inclusive meu pai viu um jogo entre oratório e cruzeiro, tava cheio de homens eu era diretora do clube. Quando chegou em casa perguntou a mamãe “o que a Francimar faz dentro de um alambrado cheio de macho” aí mamãe explicou que eu era diretora do clube da igreja, no início ficou brabo mas depois acostumou.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

A representação do patriarcalismo confina a mulher ao espaço doméstico, buscando isolar ou restringir a atuação feminina ao ambiente familiar, sem permitir a estas, as trocas de experiências e a identificação de seus interesses, depreciando-se o seu trabalho. Além disso, os valores impostos às mulheres não as permitiam o reconhecimento de igualdade entre homens e mulheres, e nem de externar a sua diferenciação.

“[...] Quando um povo conquistava outro, submetia-o a seus desejos e a suas necessidades. Os homens eram temidos, em virtude de representarem grande risco de revolta... Assim, eram sumariamente eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso...Esta constitui uma prova cabal de que o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão de obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita.” (SAFFIOTI, 2004, p.124,125)

O movimento feminista despertou o dever dos poderes públicos em assegurar os direitos da mulher e, eliminar as ações discriminatórias contra elas, compreendendo assim, que as relações do cotidiano estão vinculadas às deliberações políticas da esfera pública.

1.2. Participação política

O conceito extenso de participação política pode ser entendido essencialmente como as ações de pessoas e/ou grupos de interesse que buscam influir nas decisões do processo político para conservar ou alterar o sistema, que é composto por indivíduos que compartilham uma causa, estando eles satisfeitos ou não com os valores dominantes.

As três grandes formas de participação política mais comuns são: pelo canal eleitoral que está vinculado à participação do sistema eleitoral e partidário; o canal corporativo que compreende participação institucionalizada para defender interesse de cunho privado de uma categoria ou classe específica de indivíduos, buscando negociar ações do Estado para seus interesses, porém, sem mudar os interesses dominantes da estrutura política; o terceiro canal denominado organizacional, consiste na participação não-institucional. Este, busca modificar a estrutura social com o objetivo de mais reconhecimento para seus interessados como igualdade de direitos dentro da sociedade, encaixam-se dentro desse canal os movimentos sociais (AVELAR, 2004).

Os estudos referentes às formas de participação das mulheres na vida pública enfatizaram que elas sempre estiveram historicamente em desigualdade, quando comparadas aos homens. Em sentido geral, isso ocorre com seus direitos, mais especificamente, aos direitos políticos.

Desde os primórdios da civilização grega foi estabelecido status de inferioridade às mulheres, concretizando a segregação de gênero dentre às outras já existentes, destituindo a essas, o direito de participar da vida pública assim como a maioria da população. A Ágora (praça pública que simbolizava a vida pública em Atenas) era restrita aos homens e o privado gineceu (cômodo doméstico) era um espaço exclusivamente feminino (GUERRA, 2011). O poder político feminino em outras civilizações quase nada se alterou como esclarece Monteiro (2008, p.23):

“Em Roma, que deixou tantos legados à civilização ocidental, as mulheres nunca foram consideradas cidadãs e, portanto, não podiam exercer cargos públicos. A mulher romana enfrentava exclusão de ordem social, política e jurídica. A única função feminina socialmente reconhecida era a de procriadora, não sendo, entretanto, reconhecida como sujeito, nem mesmo sexual. Assim como na Grécia antiga, em Roma as mulheres eram comparadas, em termos de status, às crianças e aos escravos.”

Durante a Idade Média como coloca Monteiro (2008) as mulheres além de privadas dos direitos civis como a maioria da sociedade da época, sofriam rigorosas perseguições da Igreja, ao serem acusadas de “bruxaria”, quando na verdade representavam um contrapoder por possuírem conhecimentos tradicionais. Eram caracterizadas também, como verdadeiras líderes em pequenas comunidades, por isso, foram vítimas inclusive da forte influência do patriarcado que prevalecia muito mais marcante durante essa fase. Passada a era feudal e chegado o Estado Moderno com o período Absolutista nos séculos XV e XVI, a condição feminina sob o aspecto político representativo permaneceu marginalizada. As autoridades absolutistas que eram legitimadas pela religião estavam sempre ligadas à figura masculina do rei como representante de Deus na terra e a Revolução Francesa no século XVIII também mostrou-se excludente à cidadania feminina:

“Nesse passo, a Revolução Francesa, com seus ideais democráticos e igualitários, não representou avanços para a condição feminina. Pelo contrário, negou às “cidadãs” o direito de voto e participação na vida política e divulgou o ideal da mulher doméstica. Foram negados às mulheres, além do direito à cidadania, o direito de expressão, à palavra e à escrita, e até mesmo à educação, que para as mulheres era limitada ao mínimo.” (MONTEIRO, 2008, p.p.40 e 41).

Embora as mulheres sempre lutassem para conquistar autonomia durante a evolução da sociedade, principalmente, a partir do século XVIII as disparidades de gênero sempre estiveram presentes em todos os âmbitos, o que dificultava e tornava lento o processo emancipatório. A negação dos direitos femininos veio por meio das diferentes correntes

ideológicas, que convergiam nos argumentos patriarcais quando se tratava de mais abertura às mulheres no poder e plena cidadania entre ambos os sexos. Como pontua Ferreira (2010, p.67):

“A exclusão das mulheres da vida pública e a negação de sua cidadania não condizem com os princípios da Declaração dos Direitos do Homem, promulgada em 1789, que demarca novos horizontes para a humanidade ao reconhecer o homem como sujeito de direitos e proclamar a igualdade como uma condição de existência para todos os indivíduos. Essa igualdade foi reclamada pelas mulheres, porém, rechaçadas pelos discursos dos liberais, dos socialistas e até dos comunistas, baseados em estereótipos que reforçaram a ideia de inferioridade das mulheres para o exercício do poder.”

O século XIX consolida as relações de dominação entre os sexos, sem que haja o surgimento de qualquer forma inédita do patriarcalismo, pois, ele apenas se manifesta de forma mais intensa e específica com o decorrer do processo de instituição das democracias ocidentais, e em virtude da distinção cada vez mais clara entre o público e o privado (PERROT, 1988). A evidência das disparidades impulsionou a luta para tentar superá-las em plano teórico e prático. Nesta perspectiva Álvares (2001, p.241) cita:

“[...] Nesse estágio, a luta das mulheres instituiu o feminismo, um movimento organizado que se estabeleceu com base em uma doutrina (ideologia) e em uma práxis (ação política). A intenção era subverter a ordem instituída pela cultura ocidental cristã; contestar crenças e padrões mentais arraigados no caráter social, objetivando desenvolver uma nova forma de experiência em que as vivências das mulheres fossem vistas com as diferenças inerentes ao gênero. [...]”

A primeira onda feminista na segunda metade do século XIX foi uma manifestação em busca de voz, impulsionada pelas inúmeras disparidades trabalhistas que se encontrava o gênero feminino. Na época, as mulheres não possuíam direitos relacionados à maternidade, tinham menor remuneração que os homens, os sindicatos e partidos políticos as destituíam de qualquer tomada de decisão (SAFFIOTI apud MONTEIRO, 2008).

O século XX, marca a mobilização e a organização das mulheres em busca de seus direitos, ficando assim o movimento feminista reconhecido como uma contra resposta às várias formas de opressão a que as mulheres eram submetidas, e também, pela luta por melhorias na infraestrutura social das mulheres. A contribuição do movimento feminista foi determinante para o implemento de legislações que amparassem as mulheres na busca por igualdade nas relações de gênero, principalmente no que se refere às políticas de proteção delas no mercado de trabalho.

Alguns estudos citados por Jucovsky (2000) a nível mundial a partir de 1988 revelam sobre a situação das mulheres na maioria das nações estudadas onde não existiam garantias para a representação feminina na política. Porém, a partir de 1985 algumas ações foram realizadas para minimizar essa realidade.

“A ausência de medidas especiais para promover a participação das mulheres nos partidos políticos é, geralmente, explicada pela existência de garantias jurídicas ou de regulamentos dos partidos políticos que estabelecem a igualdade de oportunidades e a de tratamento de homens e mulheres, sem necessidade de outros procedimentos. Ao contrário, em determinados países a adoção dessas medidas poderia ser considerada ato antidemocrático e, até mesmo, inconstitucional. Finalmente, em outros locais, tais medidas poderiam ser tidas por supérfluas, em face dos progressos já alcançados, em termos de participação das mulheres na vida política.” (JUCOVSKY, 2000, p. 05)

Outro estudo referente a mulheres e homens em cargos políticos realizada em 1989, revelou que neste período na Europa os comportamentos e opiniões das mulheres começam a apresentar sensíveis mudanças. Pois:

“[...] Os jovens, portanto, também as mulheres, estão a ingressar mais no sistema educacional, o que faz crescer, dentre outros, o interesse pela política. Ademais, o ingresso na vida laborativa, pois, na medida em que as mulheres que têm atividades profissionais, passam a ter maior atenção para as questões públicas. [...]” (JUCOVSKY, 2000, p. 08)

Segundo Jucovsky (2000, p.13) o caminho percorrido aos direitos eleitorais das mulheres ainda está inacabado:

“[...] Do ponto de vista histórico, o sufrágio sempre esteve vinculado a uma perspectiva um tanto quanto elitista da sociedade, daí porque os direitos eleitorais, em geral, foram adquiridos com imensa dificuldade contra os preconceitos sociais ou raciais e as imposições dos colonizadores. Referentemente às mulheres[...] há que se levar em conta também os preconceitos sexuais, a fazer com que elas alcançassem os direitos em questão posteriormente aos homens, na maioria das vezes e de forma paulatina.”

Neste sentido, as mulheres o tempo todo estiveram à margem da participação da elite política no espaço público, com isso, os relevantes papéis decisórios ficavam sempre sob o domínio masculino. Durante entrevista, Francimar (Dezembro, 2012) nos relatou que desde o início de seu engajamento na política percebeu a diferença com que as mulheres são tratadas.

“Nunca senti um comentário muito forte, mas tinha um ou outro isolado, “mas o que essa mulher está fazendo na política”, por exemplo, mas é minoria sinto que hoje não é maioria, só alguns que ainda olham de atravessado. Alguns machistas que dizem que não votam em mulher nenhuma, nem pra vereadora.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

A existência de leis e outros mecanismos que busquem a equiparação entre homens e mulheres são insuficientes se os obstáculos culturais não forem ultrapassados. Possivelmente desta maneira, as sociedades vislumbraram uma igualdade ou uma menor disparidade entre os sexos masculinos e femininos em todas as áreas, inclusive na representação política.

“ Neste sentido, importante se apresentam os estudos que tentam detectar os passos palmilhados pelas mulheres nas trilhas do acesso ao poder, visto que, ao se pensar a respeito de uma futura melhoria na representatividade das mulheres e não necessariamente na equiparação entre homens e mulheres no campo político, pode-se vislumbrar, então, naquele dia, a ocorrência de uma forte mutação nos processos decisórios e nas normas institucionais, a redirecionar e imprimir novos conceitos e caminhos para a evolução das sociedades.” (JUCOVSKY, 2000, p. 26)

Mesmo após esses estudos continuamos a verificar que as mulheres sempre foram ou excluídas como um todo de áreas de prestígio social ou quando atuavam suas colaborações por grande parte da sociedade não foram reconhecidas da maneira que realmente mereciam, pois sempre houve negação de sua contribuição tomada como secundária. Segundo Ferreira (2010, p.141): “O campo político é o lugar de poder que se faz por intermédio de disputas pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade de um grupo social [...]”

Em “[...] países em que os partidos políticos introduziram na legislação o sistema de quotas isso provocou uma melhoria na participação das mulheres nos parlamentos.” (JUCOVSKY, 2000, p. 20).

“[...] Essa poderia ser uma das razões pelas quais o Brasil, que não contava, até recentemente, com o sistema de quotas reservadas ao sexo feminino, embora tenha população e parlamento maiores do que os mencionados países, tenha ainda tão pouca representação política conferida às mulheres. [...]” (JUCOVSKY, 2000, p. 10)

Quando ocorrem melhorias na situação socioeconômica das mulheres sua percepção de mundo se amplia transformando suas ideias e suas percepções a respeito de seus direitos de cidadãs. No Brasil, percebemos que na proporção em que as mulheres buscam o mercado de trabalho, começam a procurar atuar de maneira mais efetiva nas questões políticas do país, não somente votando, mas se candidatando aos cargos eletivos.

1.3. A condição da mulher na política brasileira

O movimento político feminino no Brasil iniciou-se de forma mais organizada, ainda no período da Primeira República (1889-1930) tendo como reivindicação prioritária a defesa do voto feminino.

“Se recuperarmos as primeiras manifestações das mulheres brasileiras na direção de maior igualdade, veremos que a estrutura da sociedade patriarcal e a posição das mulheres na hierarquia social constrangiam manifestações mais incisivas, mesmo na época em que na Europa e nos Estados Unidos multiplicavam-se as associações voluntárias com expressiva presença de mulheres (1830 [...])” (AVELAR, 2001, p. 18)

Nesta época, segundo AVELAR (2001) as ideias que prevaleciam eram as de que lugar de mulher era no lar e não participando de decisões políticas. Ferreira (2010) relata que o movimento sufragista de mulheres adquiriu força com a implantação em 1910 do Partido Republicano Feminino liderado pela professora Leolinda Daltro. A partir de então, surgiram outras organizações em prol das mulheres, como a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher em 1910 e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundada por Bertha Lutz em 1919.

Depois de conquistado o direito do voto feminino em 1932, os movimentos de mulheres ampliaram suas reivindicações, mas sempre focados na emancipação da mulher. A eleição para a Assembleia Nacional Constituinte em 1934 foi um marco na introdução dos direitos políticos das mulheres no Brasil efetivando o direito de votar e ser votada.

“No final da década de 70, quando o Brasil vivia o momento mais desumano da ditadura, a igreja, setores da OAB, ABI, os partidos de esquerda clandestinos eram vozes que se levantavam contra a repressão e falta de liberdade de expressão. Os movimentos sociais, entre os quais o movimento feminista se reestrutura e se fazia ouvir em vários cantos do Brasil na luta por igualdade sexual aliada a luta pela redemocratização do País.” (FERREIRA, 2010, p. 102)

Dessa forma, as mulheres no Brasil começaram uma intensa luta política pelo reconhecimento dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos na busca por equidade de gênero. A maioria busca fazer a diferença na política, criando e executando projetos que beneficiem a sociedade.

De acordo com Ferreira (2010), no campo político as mulheres usam estratégias com a finalidade de desconstruir estereótipos que ainda estão presentes em muitas sociedades

inclusive no Brasil, que reconhecem sua existência na área política, porém com uma participação inferior.

“[...] Romper com as armadilhas da invisibilidade das mulheres nesses campos é, ao mesmo tempo, entender como se estabelecem as relações de poder entre as diferentes posições sociais que garantem suficiente força aos sujeitos da ação política[...]” (FERREIRA, 2010, p. 141)

As reivindicações feministas no Brasil consolidaram-se enquanto movimento, ao pressionar para a criação de leis que acelerem a equiparação de direitos entre homens e mulheres, de forma mais incisiva e bem articulada. Houve evolução substancial da participação política feminina não através do canal eleitoral, mas de maneira informal nos movimentos organizados e ONGs obtendo expressivas conquistas na legislação brasileira principalmente a partir da Constituição de 1988 tais como: direitos previdenciários, assistência na saúde da mulher, combate a violência física, direitos reprodutivos, centros de apoio especializados entre outros.

“Inserido no panorama das lutas femininas, o Movimento Social de Mulheres, inserto no contexto dos novos movimentos sociais, é fonte de direito, exercendo pressão no Estado, no mercado e em outras redes de sociabilidade a fim de garantir os direitos das mulheres, tendo, portanto, papel importante no processo de criação de novos direitos e no processo de efetivação dos direitos das mulheres já positivados.” (MONTEIRO, 2008, p.10).

A ausência de mulheres em esferas institucionalizadas do legislativo e nos partidos políticos representa uma verdadeira contradição, uma vez que em grandes momentos da história política brasileira estavam presentes como ativistas de mobilização e agentes pressionadores de mudança.

Trata-se de uma exclusão histórica diferenciada e específica, em que as mulheres estão subordinadas. Diante disso, Ferreira (2010, p. 64) ressalta:

“[...] Porém, no que se refere à representação feminina, as mudanças foram muito pequenas... retratam como têm sido lentas as mudanças no legislativo brasileiro quando se trata de analisar a equidade entre os gêneros. A esses dados se acrescenta o fato de que a participação das mulheres, em diferentes instancias, não tem sido contabilizada como ação política suficiente para projetá-las como representantes dos partidos nas eleições.”

No mundo público da política a noção de igualdade inclui o reconhecimento da existência da diferença, pois, “se os grupos ou indivíduos fossem idênticos ou iguais não haveria a necessidade de pedir igualdade...” (FERREIRA, 2010, p. 170).

A legislação brasileira na última década aprovou melhorias que repercutiram na vida política das mulheres, como por exemplo, a Lei de cotas partidárias femininas, fica claro que ela tem um caráter compensatório e redistributivo e que procura corrigir as desigualdades acumuladas no decorrer da história.

O Brasil começa através de estudos e outras pesquisas a dar ênfase ao importante papel das mulheres nas lutas libertárias do país, pois, temos vários exemplos de mulheres que buscaram e conseguiram ter seus direitos femininos reconhecidos, dentre os quais ao voto; podemos citar alguns nomes como: “ Nísia Floresta, Isabel Dilan, Bertha Lutz, Carlota Pereira de Queiroz, Gilka Machado, Deolinda Daltro[...]” (FERREIRA, 2010, p.187), mulheres que não desistiram de alcançar seus objetivos, ainda que esses parecessem tão difíceis de se conseguir. O século XX não demonstrou expressivo avanço de representação política feminina no que se refere as esferas formais de poder:

“[...] Na Europa, o percentual de mulheres deputadas é de 6% a 20%, exceto nos países nórdicos. Em todos os governos europeus, com exceção para a Escandinávia, as mulheres são ampla minoria. Além disso, mesmo quando chegam a integrar o governo, ficam com as pastas menos importantes, nunca as vitais, que continuam reservadas para os homens. Dessa forma, na maioria dos países do mundo, “a política permanece um universo amplamente fechado para as mulheres”. Tomando por base o relatório The Global Gender Gap Report 2006, do Fórum Econômico Mundial, as mulheres ocupam, em média, apenas 15% do poder político, considerando o conjunto dos países nos quais se desenvolveu a pesquisa. O Brasil ocupa 86ª posição no ranking mundial, de um total de 115 países analisados, quando o critério é participação das mulheres em cargos do Executivo e no Legislativo, ficando atrás, por exemplo, da Argentina (23º) e do Paraguai (38º) [...]”(MONTEIRO, 2008, p.60).

Outro fato que merece ser destacado nessa evolução das mulheres na sociedade é que as famílias tornaram-se menores, e a mulher passou por mudança pessoal e social. Um exemplo disso, é sua ativa contribuição para o mercado de trabalho, que lhe proporcionou maior liberdade de constrangimentos sociais e políticos, que antes ocorria. Dessa forma, o cenário em que a mulher se encontra hoje permeado de disparidades de gênero foi socialmente e historicamente construído, a consolidação dos valores patriarcalistas na política foi apenas uma das práticas excludentes do feminino na sociedade, na qual ainda se reproduz a ideologia que privilegia direta e indiretamente o masculino.

De acordo com (FERREIRA, 2010), as mulheres para garantirem sua legitimação na política justificam sua presença nos domínios públicos ao confrontar frequentemente os estereótipos conservadores e preconceituosos, enquanto que os homens não recebem a mesma pressão por legitimação.

“Em alguns países da Europa e da América Latina já são evidentes as alterações proporcionadas pela adoção de medidas de ações afirmativas pelos partidos políticos. Na França, na Argentina, Canadá e Moçambique são evidentes os resultados que essas ações promovem na sociedade; observa-se, porém, que mesmo em países mais desenvolvidos onde o feminismo é bastante organizado, a exemplo dos Estados Unidos, a presença de mulheres no parlamento ainda é bastante desigual. [...]” (FERREIRA, 2010, p.p. 188, 189)

Há países onde a legislação nacional já aprovou as cotas eleitorais, entre eles: Brasil, Argentina, Bélgica, Filipinas, República da Coreia e Nepal. Ainda existem outros tentando implantar este mecanismo, pois, em alguns casos as cotas são consideradas inconstitucionais pela legislação.

“[...] Sabe-se que os homens apresentam maior taxa de filiação a instituições de toda ordem e são mais consistentes do que as mulheres no pertencimento às organizações políticas. Contudo, com as mudanças que vêm ocorrendo, verifica-se maior participação das mulheres nos trabalhos voluntários, no trabalho social, nas atividades locais. [...]” (AVELAR, 2001, p. 88)

Devemos enfatizar que segundo (AVELAR, 2001) a implementação das cotas partidárias não passou por um amplo debate entre as maiores beneficiadas, as mulheres, e por essa razão, muitas não entendem como funciona e qual sua finalidade. Mas as mudanças são perceptíveis no quadro atual da política.

“Nas últimas eleições (2002, 2006) houve uma pequena elevação no número de cadeiras ocupadas por mulheres; essa situação gerou muitas polêmicas e alguns jornalistas afirmavam que a política de cotas entrava em xeque, porém é importante evidenciar que as listas de candidatas aumentaram consideravelmente dado o forte apelo das organizações de mulheres que, ao formular denúncias e proposições sistemáticas, chamaram a atenção para a ausência das mulheres nos espaços de decisão e de poder – não apenas na política partidária, mas também, em outros espaços onde se refletem as mesmas situações – buscando convertê-lo.” (FERREIRA, 2010, p. 190)

Uma presença maior de mulheres seja nas Câmaras Municipais, em Assembleias Legislativas e na Câmara Federal, traz como benefícios uma preocupação maior com as questões de bem estar da Cidade, do Estado e do País, pois, elas ganham um poder de articulação para intervir favoravelmente nas questões da sociedade.

Os partidos políticos que apresentarem e enfatizarem em suas diretrizes políticas um incentivo às cotas para uma melhor atuação das mulheres, iriam proporcionar e ajudar a fortalecer a democracia do país.

“[...] É de se assinalar que muitos pensam quanto à paridade de ambos os sexos que não se trata, tão somente, de se tentar compensar, provisoriamente, uma desigualdade existente desde tempos imemoriais, mas de fixar definitivamente a representação política, em termos de parâmetros quantitativos, a igualdade entre homens e mulheres. Assim, a paridade seria um fim em si mesma.” (FERREIRA, 2010, p. 96)

Ao se estudar a participação feminina a nível municipal no Brasil não é possível estabelecer similaridades de gestões, pois, o país possui contrastes regionais enormes, contando com regiões que possuem municípios bem desenvolvidos e outros com pouco desenvolvimento político, econômico e social. Os desafios existem e devem ser vencidos com persistência, como tudo que foi conquistado pelas mulheres. Durante uma de nossas entrevistas Francimar (2012) relata que não pensou em desistir da política, mesmo com as dificuldades encontradas: “Não costumo desistir daquilo que eu começo a não ser que seja uma coisa muito forte, mais não me lembro de ter feito isso na minha vida, sempre vou até o final...” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012).

O que realmente pode fazer a diferença é ter as mulheres como representantes do povo, tratando de questões políticas com a responsabilidade de questões sociais, o que acarretará uma mudança substancial nas pautas políticas do país.

1.3.1. Aspectos centrais da mulher no contexto político amapaense

Desde a fundação do Território Federal do Amapá em 1943, quando se desmembrou do Estado do Pará, todos os governadores eram nomeados pelo Governo Federal. Somente a partir da criação do Estado em 05 de outubro de 1988 é que as mudanças políticas passaram a ter um caráter mais autônomo (MORAIS, 2011).

Morais (2011) ressalta ainda que a organização estatal real somente aconteceu após a assunção do primeiro governador eleito (1990) Anníbal Barcellos. Quando começa a militância de Francimar Santos no início da década de 80 não havia eleições para governador, prefeito, senadores e deputados estaduais por ainda não ser Estado. As primeiras eleições no então território foram municipais. Como coloca Souza (2007) em 1985 nos municípios de: Amapá, Calçoene, Macapá, Mazagão e Oiapoque que elegeram seus primeiros prefeitos.

É durante esse período que Francimar começa a se envolver com os debates do Partido dos Trabalhadores e participar de movimentos sociais. Havia na administração pública forte influência da chamada era militar, e isso era um dos levantamentos dos grupos de resistências que Francimar pertencia e que se opunham a ações autoritárias do governo.

Apenas uma mulher governou o Amapá em toda sua história, como coloca Moraes (2011): Maria Dalva de Sousa Figueiredo, isso se deu pelo fato de o Governador da época do qual era vice ter de se afastar para concorrer a outro cargo eletivo. Ela governou o Estado por menos de 01 ano (entre 05 de abril de 2002 a 31 de dezembro de 2002), e se candidatou no mesmo ano ao governo, porém, não se elegeu.

No executivo municipal não é tão diferente o difícil acesso à representação política feminina. Apesar de alguns municípios, como colocado anteriormente, já terem iniciado suas eleições em 1985, as primeiras mulheres eleitas como prefeitas se deu apenas em 1992 nos municípios de Pedra Branca do Amapari, Maria do Socorro Pelaes dos Santos e Oiapoque Maria Bezerra Rodrigues Pinheiro (SOUZA, 2007). Entre 1985 e 2012 foram eleitas no executivo dos dezesseis municípios amapaenses apenas 07 mulheres por 12 vezes, houve reeleição em alguns casos. (TRE, 2012).

Souza (2007) concluiu que houve um pequeno aumento na representação política feminina após a criação do Estado, nos executivos e legislativos municipais:

“As mulheres estiveram à margem das esferas políticas amapaense, sobretudo, na época do ex Território Federal do Amapá onde verificamos que as decisões políticas eram restritas aos homens. Somente com a criação do Estado do Amapá em 1988 foi que podemos verificar um crescimento mesmo que ainda pouco expressivo da participação política feminina nas esferas do poder municipal.” (SOUZA, 2007, p.59)

Nos legislativo municipal de Serra do Navio foram eleitas seis mulheres vereadoras entre 1992 e 2012. Souza (2007) realizou o levantamento entre 1992 e 2004 conforme quadro (01, p. 19) do histórico de vereadores do município:

QUADRO 01: Vereadoras em Serra do Navio

Nome da Vereadora	Nº. de mandato	Eleições
Maria de Fátima M.de Lima	01	1992
Stelcia Socorro Freitas	01	1996
Aldemira Oliveira do Nascimento	01	2000
Francimar Pereira dos Santos	01	2000

Fonte: Souza (2007)

Segundo Souza (2007), no ano de 2004 nenhuma mulher foi eleita vereadora no município de Serra do Navio, todavia, em 2008 apenas Rosangela Maria Mendes da Cunha Barbosa foi eleita, bem como, em 2012 apenas Ivone Silva dos Santos (TRE-AP/2012). Ainda

há um atraso econômico como defende Porto (2005): mesmo após a estadualização, a estrutura lembra a do ex-Território Federal pela influência que a União ainda exerce no Amapá. Em virtude da carência de recursos econômicos, este ainda é extremamente dependente de verbas federais, principalmente, no que se refere a seus municípios pequenos.

1.4. Ações afirmativas como equidade de gênero feminino no âmbito político

Com origem nos Estados Unidos da América em 1961 e tendo como o presidente John Kennedy o seu precursor oficial, as ações afirmativas eram inicialmente facultativas e visavam combater as desigualdades étnicas provocadas pela segregação racial no mercado de trabalho, propondo as empresas que no processo de seleção evitassem discriminações de qualquer natureza (GUERRA, 2011).

Ainda na década de 1960, outro presidente norte-americano reforçou a política inclusiva assinada por Kennedy (a Norma Executiva nº. 10.925) estabelecendo caráter obrigatório: “Em 1965, o então presidente Lyndon Johnson ratificou a Norma Executiva Nº11.246 que exigia que as empreiteiras adotassem as ações afirmativas em favor das minorias”. (GUERRA, 2011, p.117). A partir de então, as ações afirmativas expandiram-se globalmente nos diversos espaços sociais, abrangendo para além das esferas trabalhistas.

As ações afirmativas consistem em esforços governamentais e de iniciativa privada como forma de reduzir disparidades de várias ordens que afetam diretamente grupos minoritários na sociedade que se encontra em desvantagem histórica, investindo num maior equilíbrio social destes, reconhecendo ainda, sua ausência de direitos, oportunidades e acesso.

Para Avelar (2004) o objetivo central das ações afirmativas é propiciar a universalização de direitos e promover maior democracia após reconhecer legalmente a privação destes a algum segmento da sociedade, tais como: desigualdades de acesso a escolaridade, mercado de trabalho, cultura e convivência social.

Podemos determinar três fases de evolução das ações afirmativas: A primeira define a ação afirmativa como iniciativa do Estado, como medida de incentivo para que as instituições públicas e privadas levassem em consideração as condições desfavoráveis que algumas categorias possuem na competição trabalhista. A segunda fase implica na passagem da não obrigatoriedade para a rigidez da lei abrangendo especificamente o âmbito trabalhista e educacional. O momento mais evoluído que corresponde ao terceiro item, implica na ampliação das ações afirmativas, buscando reverter práticas discriminatórias de qualquer

natureza, seja ela explícita ou não, podendo se apresentar de forma específica ou geral (GOMES apud GUERRA, 2011). As ações afirmativas nas últimas décadas passaram por grandes discussões no âmbito acadêmico e político. E atualmente, sua concepção mais geral e aplicada corresponde a:

“[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego”. (GOMES apud GUERRA, 2011, p. 119).

A exclusão histórica de determinados grupos na sociedade fundamentou no século XX, a criação de mecanismos legais de promoção de acesso igualitário para as minorias, no sentido de afirmar e redistribuir direitos, garantias estas que constituem as chamadas ações afirmativas. A política de cotas é o recurso mais utilizado atualmente dentre os instrumentos das ações afirmativas, por buscar promover o ideal democrático, embora haja outras modalidades. Como toda garantia legal direcionada especificamente ao feminino, a política de cotas por sexo, como instrumento corretivo das disparidades do âmbito político também foi resultado de lutas intensas internacionais de mulheres.

Como aponta Miguel (2000) a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995 realizada na China, em sua plataforma de ação recomendou que os países adotassem mecanismos de inclusão da mulher no poder, seja através de cotas em esferas formais e informais ou por outros meios, e em sistemas eleitorais quando necessário. Neste sentido, a política de ações afirmativas contribui primordialmente como impulso do potencial da própria mulher que se encontrava descrente da sua capacidade de liderança e articulação política.

Francimar (2012) relata brevemente como iniciou sua participação na política:

“...Quando comecei a organizar o PT, eu já possuía algumas ideias da comunidade de base da igreja que sempre frequentei, a questão da ditadura militar e a situação que se encontrava a sociedade brasileira na época. Queríamos trabalhar algo novo, é então que começa minha militância nos sindicatos, nas associações de moradores, a formação do partido, tivemos muito embate mas valeu a pena olhando pra trás... Eu não vivi o grêmio quando era estudante como existe hoje, somente quando eu já era professora que já existia, e eu incentivava os alunos a se organizarem.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

Durante entrevista (Pesquisa de campo/Janeiro, 2013) realizada com um amigo de Francimar, o senhor Eugênio Furtado Correia, nos relatou algumas ações realizadas que

evidenciam o interesse desta mulher em ajudar a minimizar os problemas da sociedade da época:

“[...] Ela e o Batista na mesma época começaram a organizar a associação de moradores e também o oratório esporte-clubes...Na época em que faltou carne em Macapá, o conselho da associação de moradores, e nessa época a Francimar era presidente, foi que coordenou toda a distribuição de carne nas associações daqui de Macapá e até de Santana e também para alguns municípios, a carne vinha do Estado de Goiás, ficamos com atribuição de distribuir para os açougues em uma quantidade e preço que as pessoas pudessem consumir.” (Pesquisa de campo/Janeiro, 2013)

As ações afirmativas são válidas como motivação para as mulheres, sobretudo, uma vez que saem apenas do discurso inclusivo e abrem caminho para uma ação concreta, isso, quando as mesmas adentram o poder e se fazem autores diretos de outras políticas inclusivas. Elas, e mais especificamente as cotas, provocam mudança de mentalidade, influenciam na cultura e quebram paradigmas conservadores existentes. Conquista que hoje em vários países que a adotaram tem resultados diferenciados, devido tamanha complexidade que gira em torno delas. As incertezas não consistem em sua legitimidade em si, mas no seu cumprimento e eficácia. Entretanto apenas o fato de existir tal lei já constitui grande relevância como ressalta Miguel (2000, p.176):

“As cotas propiciam às mulheres uma maior possibilidade de exercitar suas capacidades de liderança e uma democratização dos espaços de participação para as mulheres e entre as mulheres. São uma nova possibilidade para o ingresso na política, permitindo que candidatas que estejam fora das relações de poder local tenham maiores oportunidades. Neste sentido é um fator de oxigenação dos partidos e parlamentos.”

Mesmo que no passado as mulheres não tivessem autonomia, e lhe fosse negada totalmente a inserção e representação em âmbito político. Pode-se dizer que hoje, ainda que possuam um caminho cheio de percalços, têm a possibilidade de construir o que antes era proibido direta e indiretamente.

1.5. Surgimento da lei nº. 9.100/1995 e a sua expansão

Busca-se um maior equilíbrio na representação dos cargos eletivos no Brasil a partir da primeira lei de cotas. A influência internacional de alguns países que já adotou este tipo de ação afirmativa na busca da inclusão da mulher na política formal contribuiu para que a primeira experiência legal de cotas partidárias acontecesse nas eleições de 1996, vindo através da lei nº 9.100 aprovada em 1995 de autoria da deputada federal Marta Suplicy (PT/SP), que

estabelecia 20% das vagas de candidaturas por partido/coligação às mulheres. No texto original da lei nº 9.100, o trecho que se referia as mulheres ficara desta forma na legislação em 29 de setembro de 1995:

“Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 03 de outubro de 1996, e dá outras providências”.

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher. “§ 3º vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.” (BRASIL. Decreto Lei nº9100, de 29 de setembro de 1995).

A presença das mulheres não somente líderes políticas, mas sociedade civil comum no processo para a aprovação da lei na Câmara e no Senado foi decisiva.

“Foi fundamental para a aprovação das cotas, naquele momento, a intervenção e participação dos movimentos organizados de mulheres nos debates no Congresso. As mulheres se manifestaram a favor das cotas no legislativo e diferentes representantes do movimento organizado de mulheres participaram como convidadas de Audiências Públicas na Câmara e no Senado, assessorando a formulação dos pareceres sobre as propostas apresentadas, e estabelecendo e provocando um diálogo permanente com o parlamento e com a sociedade.” (MIGUEL, 2000, p.24).

Aprovada a lei nº 9.100 os partidos encontraram dificuldade em preencher esta porcentagem de 20%, estabelecida em lei, para as candidaturas ao cargo de vereador. A principal foi o despreparo diante do pouco tempo e seu súbito surgimento como coloca Miguel (2000):

“O intervalo entre a discussão e aprovação, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, da primeira lei de cotas e sua efetiva implementação foram bastante curtos. Entre a data de apresentação do projeto de lei, em 19 de agosto de 1995, e a data de sua viabilização em emenda à legislação, em 29 de setembro do mesmo ano, não se passaram dois meses. E o período previsto, entre a aprovação da legislação eleitoral e o encerramento do prazo para filiação partidária – condição imprescindível para mulheres e homens pleitearem uma candidatura, podendo então, a mulher se beneficiar na disputa interna do partido, da reserva de 20 % das vagas para as candidaturas de mulheres –, foi de apenas 45 dias.” (MIGUEL, 2000, p.66).

Miguel (2000) ressalta que outras esferas institucionais como: TSE, TRE's locais e o próprio sistema eleitoral, bem como o sistema partidário tiveram que adaptar-se subitamente à lei.

As vagas destinadas às mulheres inicialmente eram de caráter facultativo, o que ainda acontece na prática, pois, em nenhum momento houve algum tipo de sanção. E, atualmente nenhum partido sofre penalidade caso não seja preenchido o percentual estipulado

por lei. As medidas ficam muito dependentes da iniciativa de cada partido, uma vez que estes têm autonomia amparada pelo sistema eleitoral brasileiro com a Lei nº 9.096/95, para agir com relação as suas candidaturas nas eleições conforme seu estatuto.

Nas eleições municipais de 1996, embora não tenha sido cumprido o percentual estabelecido até então de 20%, o registro de candidaturas femininas elevou-se. E, segundo os dados do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), apesar de terem sido eleitas apenas 6.536 mulheres vereadoras, o que representou 11,13% do total de 58.704 vereadores eleitos em todo o Brasil (MIGUEL, 2000). Não há representatividade de uma relação de causa-efeito, uma vez que a sub-representação feminina envolve uma multicausalidade, com fatores como: cultura política patriarcal, sistema eleitoral, variáveis sócio-econômicas, ideologia partidária, além é claro, dos fatores individuais de cada candidato (experiência, apadrinhamento e recursos econômicos); assim as deficiências da política de cotas não podem ser responsabilizadas como as únicas determinantes dentro de todo um contexto.

Contudo, em relação às candidaturas, é inegável o peso das ações de cada partido político, pois, estes podem mostrar-se bem receptivos às novas intervenções ou resistentes às mudanças de qualquer natureza, seja legal, ideológica e prática; e o processo de articulação dos partidos frente às cotas ainda está em andamento. Em 1997 foi aprovada a lei 9.504 com nova redação que ampliava a porcentagem de vagas que deveriam ser destinadas às mulheres, e ao mesmo tempo, a expandia para as candidaturas da esfera do legislativo estadual. Onde antigamente a lei 9.100 restringia as cotas às eleições municipais. Mediante à reelaboração, o texto ficou assim:

“Lei n.º 9504 de 30 de setembro de 1997 estabelece normas para as eleições de outubro de 1998 e dá outras providências Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.” (BRASIL. Decreto Lei nº9504, de 30 setembro de 1997).

Doze anos mais tarde a lei n ° 9.504 sofre reformulação devido os partidos não cumprirem o percentual estabelecido (30%), alegando dentre vários motivos para o não-cumprimento, dentre eles, o próprio texto da lei não expressar obrigatoriedade ao afirmar que os partidos deveriam reservar e não necessariamente preencher este percentual. Surgiu assim a lei eleitoral nº12.034 que buscou esclarecer essa ambiguidade de interpretações (CFEMEA, 2012).

Segundo Ferreira (2010) a Lei de cotas no Brasil sozinha não irá mudar o quadro de baixa representação política feminina, pois, existe uma dualidade no comando do coletivo,

Por um lado, uma mulher governa o país, Dilma Rousseff e por outro, há uma tímida atuação de brasileiras no Legislativo e nos governos estaduais e municipais.

“[...] somente uma ação conjunta das diversas organizações de mulheres ao lado dos partidos políticos e a partir de um projeto de educação política que tenha o gênero como recorte metodológico, será possível diminuir essas disparidades. [...]” (FERREIRA, 2010, p. 192)

A influência das cotas nas candidaturas de Francimar pode ser observada em dois momentos: o primeiro quando ela sai deputada à constituinte em 1986: “Quando foi em 1986 o PT me colocou para ser candidata deputada à constituinte, já existia as cotas dentro do partido que lançou 6 candidatos” (dezembro de 2012). Ainda não havia a lei de cotas, mas o partido de Francimar já adotara por iniciativa própria. O segundo momento, quando a lei de cotas já estava em vigor e que corresponde à primeira candidatura para vereadora em Serra do Navio em 2000, quando o presidente do partido pede que ela se candidate no município.

Em meio a um intenso debate para sua concretização, as cotas femininas ao saírem do discurso político e se estabelecerem na legislação eleitoral resultaram em uma conquista democrática. “[...] O ato de permitir, o que antes foi negado de forma autoritária e irracional, pode ser ao mesmo tempo estimulante e desafiador para as mulheres [...]” (FERREIRA, 2010, p. 192), e parte do segmento mais interessado em sua aprovação acompanhou desde o início todo o processo.

FIGURA 01- Francimar em comício do PT na década de 80



Fonte: Arquivo pessoal de Francimar Santos.

2. INÍCIO DA HISTÓRIA POLÍTICA DE FRANCIMAR SANTOS

2.1. Vida e política

O contexto social onde Francimar Pereira da Silva Santos cresceu e se desenvolveu favoreceu seu interesse e inserção na política. Seu interesse pela atividade política vem desde a adolescência onde participava dos movimentos de base da igreja. Começou como catequista na igreja São José com 14 anos onde criou um grupo de jovens quando a família ainda residia na Avenida Presidente Vargas.

Os relatos sobre Francimar Santos ajudam a entender não somente sua trajetória política, mas como ocorre a estruturação de uma liderança feminina.

A educação de Francimar Santos esteve sempre muito ligada à tradição, o pai era enfermeiro militar, a mãe também exercia a enfermagem tendo como culto religioso o catolicismo. A família nuclear formou-se no município de Amapá, onde nasceu Francimar Pereira da Silva Santos em 13 de novembro de 1956, vindo posteriormente para a cidade de Macapá em 1959 onde se instalaram e permaneceram.

Na família de 06 filhos de Francisco Pereira dos Santos e Maria José Pereira, havia disciplina não somente pelo fato do pai ser militar, também pela época que se vivia o país, onde não era somente em casa a exigência de seguir a ordem estabelecida. No colégio de freiras onde Francimar estudou o controle também era muito rigoroso.

O Amapá ainda era território federal fundado em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas, onde somente tornou-se Estado em 1988. O então território estava sob a concepção rígida do período Varguista. É em meio a esse contexto que ainda trazia fortes marcas autoritaristas para as décadas posteriores de 50 e 60 que Francimar e a família viveram.

Com a mudança da família para o Bairro Santa Rita acabou se engajando nos movimentos sociais e espirituais coordenados pela Igreja sob a liderança de Pe. Ângelo, com forte atuação no grupo de jovens, onde montou um time de futebol dentro da igreja, o Oratório Clube. Além de liderar esse grupo no que era necessário contribuiu na construção do Centro Oratório Recreativo Clube.

Como tratado no capítulo anterior, as mulheres constituem um grupo social que historicamente no ideal democrático estiveram à margem das atividades políticas. A participação política compreende um conceito amplo de envolvimento em atividades simples e complexas como abordado por Avelar (2004); consiste nas ações dos indivíduos e/ou grupos que visam influenciar o jogo político seja para a manutenção ou modificação das decisões da

estrutura de poder e seu sistema. Esta participação pode acontecer por diversos meios: organizacional, corporativo e eleitoral. Assim, Weber (2008) assinala como elementos principais ao se tratar de política os interesses de divisão, conservação ou transferência de poder.

A protagonista deste estudo Francimar Pereira da Silva Santos possui 33 anos de vida pública, destes sendo 12 anos de política formal, antes de se inserir na política profissional esteve ligada a movimentos sociais de mulheres, foi presidente da associação do bairro Santa Rita, na juventude participou como líder estudantil embora ainda não houvesse grêmio na época. Mais tarde foi presidente do sindicato dos professores e esteve presente no movimento sindical através da CUT (Central Única dos Trabalhadores), onde foi secretária social e vice-presidente, apoiou ainda, os movimentos dos trabalhadores rurais e foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) no Amapá onde atualmente é membro atuante.

A história de vida da política Francimar Santos fora escolhida pelo fato da mesma ter vivenciado a política pelos três principais canais de participação em sua longa militância. O objetivo é expor através da história de vida as experiências e características que contribuem para a teoria sociológica.

2.2. Aproximação com o mundo político

Francimar Santos é política por vocação. Todos ouvidos nesta pesquisa relataram que há em sua personalidade, fortes traços de representação. Embora as pessoas próximas dela tenham sido ouvidas separadamente, a definiram de forma consensual como uma liderança.

Através dos relatos e documentos foi constatada uma aproximação natural pelo meio político. Antes mesmo de conhecer os companheiros que fundariam mais tarde o PT, já se manifestava como jovem liderança, como relata a irmã Francineide Pena:

“Posso até dizer que está até no sangue da Francimar desde criança já foi muito política participava dos movimentos de base da igreja, começou como catequista na igreja São José com 14 anos onde ela criou um grupo de jovens desde quando morávamos ainda na avenida Presidente Vargas, e quando viemos para o Bairro Santa Rita ela também se engajou na igreja de lá com o Pe.Ângelo e o grupo de jovens, onde montou um time de futebol dentro da igreja, o oratório clube. Liderou esse grupo com muita firmeza onde até buscava fundos pra ajudar financeiramente ajudando na sua construção onde hoje é a escola São Camilo.” (Pesquisa de campo/novembro, 2012)

Francimar estudou boa parte de sua vida escolar em Colégios de tradição católica primeiramente no Colégio Santa Bartolomea e depois, na Escola Santina Rioli onde se mostrara representante. Há uma preferência por esse lado representativo, que serviu de base e experiência para um longo processo de construção da carreira política.

A entrada de Francimar Santos no mundo político no início da década de 80, por meio do canal corporativo e organizacional foi como presidente do Conselho de Moradores do Bairro Santa Rita entre 1979 e 1980; e como membro sindical da antiga APA (Associação dos Professores do Amapá) que mais tarde se transformou no atual SINSEPEAP, concretizando assim, um dos objetivos da associação durante o período justamente que Ferreira (2010) descreve o aumento da participação feminina devido a abertura política. Dados do ano de 1982 demonstram que as mulheres na política formal representavam somente 3,5% nas câmaras municipais brasileiras, mas já começavam a marcar presença nos parlamentos.

Abreu (2010) reitera que a década de 80 foi um marco que contribuiu bastante para a inserção das mulheres em meios políticos, tais como sindicatos e associações de bairro; a reorganização partidária, a reelaboração da Constituição Brasileira, bem como o Movimento Diretas, que já foram oportunidades para romper com parte da excludente estrutura política brasileira vigente.

Assim, a aproximação com o público foi estruturada ainda no início da juventude, a partir dos 14 anos, quando Francimar liderava o movimento de jovens da igreja católica, influenciando sua mentalidade por mudança, seu amigo da época, Manoel Batista (Pesquisa de campo/Janeiro de 2013) afirmou:

“[...]a influência da igreja, o próprio oratório também ajudaram ela na militância antes e depois do partido. Acho também que se não fosse o conhecimento da teologia da libertação não tínhamos essa visão da formação do partido, principalmente um partido de esquerda.”

Ferreira (2010) afirma que esse âmbito religioso da sociedade também foi responsável por influenciar a construção de combate ao autoritarismo nos fim dos anos 70, assim como demais movimentos sociais e partidos de esquerda.

Francimar, ao se inserir no sindicato e iniciar sua militância, esteve agindo sob o conceito de “agir em comunidade” formulado por Weber (2001), que define, “Pois de acordo com a definição, o “agir em comunidade” deve ser um relacionamento provido de sentido do agir de uma pessoa “com o” agir de outra pessoa [...] (WEBER, 2001, p.333).” Extrai-se esse

sentido na fala de Francimar durante entrevista, quando questionada sobre o que impulsionou a sua entrada nos movimentos sociais e sindicais:

“Vi a possibilidade de mudança. Só viria a mudança e ter a sociedade que a gente sonhava se a gente se organizasse, sabíamos das dificuldades que existiam e sabíamos que a luta seria longa [...] nós éramos capazes de quebrar com aquilo que acontecia no país (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

Observa-se na expectativa do agir de Francimar induzida pela ação dos outros, pois esses tipos de movimentos somente se fortalecem com a união em grupos de pessoas agindo conjuntamente visando um objetivo em comum, portanto a ação da mesma se orientou no seu desenvolvimento pelo comportamento de outros.

O ingresso no magistério no Instituto de Ensino do Amapá-IETA em 1970, possibilitou o amadurecimento político e aproximação com o meio sindical nos anos posteriores, pois Francimar foi trabalhar no interior do Estado aos 18 anos, onde as condições eram ainda mais precárias. Com isso, ela pôde observar de perto a realidade da educação, no município de Amapá em 1974, em uma base aérea localizada na área rural do município. Ficando assim, perplexa ao ver que ministraria aula em um barraco abandonado pelos americanos na época da Segunda Guerra, onde não haviam portas, janelas e eletricidade. As condições de trabalho eram muito precárias, isso somou na insatisfação diante do governo ditatorial.

Ao retornar para a cidade de Macapá após 2 anos, entrou no curso de orientação educacional no núcleo da UFPA (Universidade Federal do Pará) instalado em Macapá e simultaneamente começou a se envolver com as ideias do Partido dos Trabalhadores-PT que somente foi fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980 no Brasil. Devido a rotina da militância e campanha, não concluiu o curso no núcleo da UFPA.

No início da década de 1980 fez outro vestibular para Estudos Sociais que incluía as disciplinas de história, geografia e educação cívica e civil; no terceiro ano de curso já ministrava aula em Macapá nos colégios Olavo Bilac e Azevedo Costa onde também aumentou seu engajamento político, organizando o PT.

Francimar coloca que trazia consigo experiências anteriores:

“[...] eu já possuía algumas ideias da comunidade de base da igreja que sempre frequentei, a questão da ditadura militar e a situação que se encontrava a sociedade brasileira na época. Queríamos trabalhar algo novo e então começa minha militância nos sindicatos, nas associações de moradores e na formação do partido [...] já era professora e então entrei no movimento sindical, fui presidente da associação de bairro, fui uma das fundadoras do primeiro conselho de associação de moradores do

Amapá, evoluiu para federação, comecei a entrar no movimento sindical na antiga APA (Associação dos professores do Amapá) fomos à luta para transformar a APA em sindicato, já existia o PT que apoiava a gente a fortalecer o movimento sindical, surgiu o sindicato dos trabalhadores rurais, a CUT também aqui e de tudo isso eu participava. Foi no início de 80 que começamos a falar muito de política aqui a pensar que podíamos fazer alguma coisa aqui no Amapá era território tudo era nomeado por Brasília [...]” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

O nível educacional ajudou na entrada de Francimar nesse momento na política organizacional e corporativo comprovando o que Bourdieu (2007 apud RODRIGUES, 2010) coloca na qual a educação deu às mulheres a oportunidade de enxergar a sociedade com um novo olhar social crítico, sendo o tanto o elemento pilar para o surgimento do movimento feminista como servir para enfrentar o preconceito patriarcal, além de no caso de Francimar Santos, ter que combater os traços do regime autoritário que ainda se faziam presentes até mesmo, no partido de esquerda que esta escolheu, considerado na época, subversivo.

Assim como apresentado na história de Francimar, quando a categoria feminina possui nível de escolaridade elevado e estabilidade profissional, existia maior possibilidade de romper com o isolamento privado e também participar ao reivindicando os problemas que afetam a sociedade de forma excludente, pois, embora a exclusão feminina seja historicamente diferenciada como comprova a literatura acadêmica dos demais tipos de exclusão, ela também está relacionada de acordo com a categoria social que a mulher está inserida, sendo que o nível de entaves poderá ser menor ou maior.

Nesse sentido, Avelar (2001) defende que etnia, classe social e grau de instrução são fatores que pesam ao indivíduo na construção de uma carreira política e que se deve atentar para os diferentes níveis de preconceito do gênero feminino e seus fatores relacionados que variam a cada mulher.

Em entrevista, o companheiro de militância e colega de profissão docente, Eugênio Furtado Correia, aponta que o engajamento e o dinamismo político que permeou a vida política de Francimar no Conselho de Associação de Moradores de Macapá “foi o que a deslanchou enquanto liderança política.” (Pesquisa de campo/janeiro, 2013)

“O conselho surgiu no início de 1986. O papel do Conselho de Associação de moradores de Macapá era organizar o movimento social pra gente se contrapor ao processo institucionalizado, por exemplo, a prefeitura e governo, no sentido de cobrança;” (Pesquisa de campo/janeiro, 2013)

Segundo Eugênio Correia, o conselho era uma organização de base, pois, os membros eram realmente oriundos dos respectivos bairros e envolvidos com o movimento na busca de melhorias de infra-estrutura e atuação do poder público. No caso dele, o bairro do

Trem, enquanto que de Francimar era o bairro Santa Rita, no qual era presidente. Ao mesmo tempo estavam muito voltados com as ideias do PT, era inevitável enquanto militante “em todos os espaços como militante do PT (...) era 24hs militando”. (Eugênio Correia/Pesquisa de campo/janeiro, 2013)

Pode-se perceber também a influência da doutrina esquerdista também no ambiente de trabalho escolar. Francimar Santos, Eugênio Correia e Manoel Batista estiveram entre os responsáveis pela primeira eleição democrática da direção do então Ginásio de Macapá.

“(...) Era ser militante do PT não somente quando tinha reunião e comício era viver no dia a dia aquilo que a gente acreditava, então não podíamos conviver no nosso trabalho aquele processo autoritário, se a gente pensava diferente, então procuramos fazer essa intervenção para mudar isso. Veio os questionamentos e tivemos um terreno fértil no GM ... houve uma unidade nossa e de alguns alunos, nos organizamos e conseguimos eleger a partir de 84/85 o diretor do GM duas ou três vezes.” (Eugênio Correia, pesquisa de campo/janeiro, 2013)

Na segunda metade da década de 80, Francimar estava presidindo o Conselho de Associação de moradores de Macapá durante a crise inflacionária que atingiu o Brasil. Em Macapá, o Conselho desempenhou importante papel que lhe fora atribuído pela prefeitura: administrar a distribuição de Carne nos açougues de Macapá de modo que atendesse a demanda da população, mesmo com o racionamento. Segundo Eugênio Correia, durante o governo presidencial de José Sarney (1985-1990) a associação esteve com esta responsabilidade, quando também faltou o fornecimento de leite:

“E a Francimar esteve a frente do Conselho e conseguiu garantir por exemplo um resultado eficaz daquilo que se propunha o programa. Atender a maioria das pessoas necessitadas e garantir que maior parte das pessoas fossem atendidas, mesmo com a limitação das coisas. Ela foi uma grande gestora nesse caso, o Conselho das associações de moradores de Macapá foi o que deslanchou a Francimar enquanto liderança política.” (Pesquisa de campo/janeiro, 2013)

A crise econômica a que se refere o entrevistado esteve presente de modo mais crítico segundo Fernandes e Pais (s/d), durante o período que compreende 1982 a 1989 interrompendo o crescimento brasileiro de décadas anteriores. Esses autores apontam a crise estatal, a dívida externa e alta taxa de inflação como os principais sustentáculos da crise geral.

No início da década de 90, o Conselho da Associação de Moradores perde força e um dos fatores principais foi a intensificação das atividades partidárias de boa parte dos membros, nas palavras de Eugênio Correia:

“E a posteriori o que aconteceu foi que nós os membros fomos nos transferindo do movimento social para o movimento político. E é aí que a Francimar começa a deixar o conselho de associação de moradores, apesar de ainda pertencer mas começa uma militância muito mais forte no partido. (...) todo o pessoal que estava no movimento social acaba migrando para o movimento partidário. E então a associação de moradores ficou em segundo plano. Por causa dessa disputa partidária com os novos conselhos que desinteressou um pouco.” (Pesquisa de campo/janeiro, 2013)

Ocorreu disputa com novos conselhos populares implantados a partir de 1989 que estavam ligados a outro partido na qual pertencia o novo prefeito eleito da época, além de outros fatores como a crise econômica que com o aumento da demanda dos bairros fugiu do controle do conselho.

Decadência do Conselho e ao mesmo tempo evolução política de Francimar, pois, coincide com o princípio da década de 1990 quando ela estava à frente do Partido dos Trabalhadores como presidente, e também, a aproximação do ano de 1992 quando a mesma vai residir em Serra do Navio para ser secretária de educação e posteriormente candidata. Ou seja, sai do canal político organizacional dos movimentos sociais para o canal de participação eleitoral.

2.3. Ligação sindical e inserção político-partidária

A entrada no movimento sindical veio através da Central Única dos Trabalhadores e ao mesmo tempo ao associar-se na APA (Associação dos professores do Amapá) logo que se tornou professora. Era uma integração de diversos sindicatos na CUT que estava muito vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

“Trabalhamos muito com o sindicato dos trabalhadores rurais aqui no Amapá e do Afuá que fazia parte da CUT, com o sindicato das indústrias extrativas que na época a base era o pessoal da ICOMI, o sindicato dos urbanitários, e começamos a trabalhar a APA (Associação dos professores do Amapá) também para transformar em sindicato que hoje é o SINSEPEAP. Trabalhamos nesse momento no sentido de fortalecer estas organizações, e fortalecendo essas organizações fortalecíamos a CUT. Foi um período bom porque tinha formação para quem era dirigente sindical. Tinha a união das lutas... direitos como licença maternidade bandeiras que a CUT nacional levantava e a gente aqui defendia. Nos anos 80, foi momento importante porque foi quando as lutas avançaram no país as conquistas, o direitos, e aqui a CUT teve um papel muito importante no Amapá, era quem direcionava as greves.” (Pesquisa de campo-Dezembro 2012)

Ao conhecer Pedro Ramos em 1987, Francimar se aproximou mais do movimento ruralista, apoiando-o quando já era professora e militante do PT e CUT. Segundo Pedro

Ramos (Pesquisa de campo novembro/2012) que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na época, Francimar Santos defendeu durante muito tempo as causas dos trabalhadores rurais chegando inclusive a se arriscar pelo movimento, pois, na época as ameaças eram muito intensas. Francimar participou do movimento sindical na Associação dos Professores do Amapá (APA) com o objetivo de transformá-la em sindicato, e simultaneamente, atuava no Partido dos Trabalhadores (PT) que tem desde seu surgimento relação estrita com o movimento sindical.

“Foi nesse período que conheci Pedro Ramos, o Batista e o Gerson, era da igreja e tinha aquela teoria da libertação, fazíamos um curso no Cajamar em São Paulo, era uma espécie de Universidade dos trabalhadores, tive a felicidade de ter Paulo Freire como meu professor ele deu uma aula intitulada a “Disciplina de um militante”, o papel da igreja, da escola da sociedade. Foi um aprendizado junto aos trabalhadores rurais, as mulheres e os homens do campo pois eles sentiam mais os problemas que o povo da cidade, até mesmo muitas revoluções começaram no campo, era lá que se organizava, aprendi mais na militância do que até mesmo na universidade e do que no instituto que me formou professora.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

Os debates em torno do Partido dos Trabalhadores vieram antes mesmo da criação oficial com os chamados grupos de resistência. Francimar Santos esteve presente desde o começo e dessa maneira, tornou-se uma das fundadoras do partido no Amapá em 10 de fevereiro de 1981.

FIGURA 02: Francimar Santos candidata à deputada constituinte década de 80.



Fonte: Arquivo pessoal de Francimar Santos

A sua presença desde o início no partido foi fundamental para criar um vínculo de respaldo mútuo e uma forte rede de relações internas, somados à sua persuasão. Francimar é apontada pelos colegas como “liderança nata”, sabe debater e ouvir. Pedro Ramos (Pesquisa de campo/Novembro, 2012):

“Definir as pessoas dentro partido é uma coisa, agora definir as pessoas quando elas já têm mandato é diferente. As pessoas quando tem um cargo principalmente no executivo tem que ter “jogo de cintura” para poder levar sua administração. No início o PT era um partido radical, mas para dirigir uma prefeitura esse radicalismo somente atrapalha, não ajuda muito, porque a pessoa tem que negociar, tem que ser muito flexível.” Pedro Ramos (Pesquisa de campo/Novembro, 2012)

Francimar Santos ao se tornar uma liderança sindical e mais tarde partidária, seguiu a lógica dos princípios postulados da elegibilidade política, onde pôde também formar outras lideranças. E, segundo Avelar (2001): quando o sujeito político assume esse papel encontra o caminho da mudança social porque domina a técnica de juntar interesses coletivos.

É identificado também na trajetória de Francimar Santos, quando ela desempenha esta função de líder política, um exemplo para outras pessoas que têm interesse em participar do respectivo âmbito, além disso, a mesma afirmou que ex-colegas se engajaram na luta política após acompanhar sua história.

“Talvez um dos grandes feitos das mulheres nos últimos tempos tenha sido o surgimento de líderes políticas, mulheres que se tornaram exemplos para outras pessoas pelo seu caráter e desempenho político diferenciado. A criação dessas lideranças serve como referência para o futuro recrutamento de outras mulheres, pois elas desempenham um papel de referência, pela admiração que causam na população.” (AVELAR, 2001, p.162)

Em entrevista (Pesquisa de campo/ novembro, 2012), o vice-presidente do Partido dos Trabalhadores Errolflynn de Souza Paixão, que a conhece desde o início da militância no PT, quando Francimar participava do movimento de mulheres e do movimento de associação de moradores onde ela foi presidente no Bairro do Santa Rita, disse que mesmo no ambiente ditatorial ela defendeu as ideias da esquerda que era contra o sistema e dentro do partido é bem atuante: “ela é uma liderança nata política organizacional, se articula muito bem com o PT e outros partidos”. Pedro Ramos de Souza, afirmou que Francimar não gosta de escolher vertentes, pois, quando ela se nega a fazer isso é uma maneira de encontrar o que é melhor para o partido onde ela soube adquirir apoio:

“Ela sempre dizia “eu sou PT, PT,, PT puro”[...] não gostava disso de escolher tendência. Uma coisa que ela sempre soube foi fazer as pessoas respeitarem os militantes do partido, ela é uma liderança nata, enquanto personalidade e realizar coisas que precisavam de firmeza, onde as pessoas foram identificando nela uma

liderança expressiva o próprio partido. Perseverante e firme em suas metas e quando ela foi para Serra do Navio não perdeu isso, considero isso importante essa identidade que ela assumiu com o PT. Nunca foi preciso ela trocar de partido para chegar onde está.”(Pesquisa de campo/novembro, 2012)

Francimar também revelou em entrevista que prefere não optar por um segmento interno, pois acredita que isso gera discordâncias e sempre foi contra a divisão em grupos internos, mesmo defendidos pelo estatuto do partido, ela acredita não ser necessário e por isso, argumentou que no município de Serra do Navio ainda não há as tendências que normalmente existem nos grandes diretórios.

Expressa-se nesse sentido mais uma vez a autonomia política de Francimar frente ao seu partido. Diante disso, houve eleições em Macapá que ela não apoiou o candidato apoiado pela coligação do PT, e ela abertamente comunicou ao partido, sendo assim, apoiou de forma individual e independente candidatos de outras coligações em Macapá, além de fazer isso em outros municípios.

O respaldo partidário acompanhado da independência nas decisões foi muito benéfico à carreira de Francimar. O partido foi muito importante para o lançamento da sua primeira candidatura na Serra do Navio em 2000, pois ela inicialmente não queria e resistiu, mas eles conseguiram a convencer ao reunir assinaturas em um documento e argumentar também que havia uma necessidade grande por mulheres em função da lei de cotas que já estava em vigor, como abordado no primeiro capítulo. Na segunda candidatura, desta vez para o executivo serra-naviense nas eleições municipais de 2004, o partido percebeu a popularidade de Francimar Santos entre os eleitores e decidiu lançar seu nome à prefeitura. Outro aspecto relevante do espaço que conquistou dentro do partido, foi o apoio financeiro de alguns companheiros que a ajudaram na suas três campanhas.

Assim como descrito por Avelar e Cintra (p.244, 2004): “Tal como no passado os partidos continuam a ser canais importantes de formação e treinamento político [...]”. As organizações partidárias além de constituírem um canal de participação popular, influenciam a vida política dos seus membros e filiados. Conquistar espaço dentro do partido é um dos passos fundamentais na busca de êxito político.

Os partidos esquerdistas no Brasil se mostraram desde seu surgimento mais favoráveis à inclusão de gênero, segundo Avelar (2001), os partidos de direita se mostram ainda muito conservadores no que diz respeito a medidas mais categóricas para tal transformação no cenário patriarcal político. E Francimar adotou a linha esquerdista por acreditar não somente nas melhorias sociais que o seu partido levantou, mas também por

perceber que este era mais receptivo e aberto à inclusão feminina. Ela ressalta ainda, que as mulheres são os principais agentes responsáveis que lutam para a construção destas mudanças. Nos mandatos de Francimar, foi possível notar a sua preocupação com as causas femininas, pois, ainda vereadora, elaborou o projeto da criação do conselho da mulher e quando prefeita apoiou causas de combate à violência doméstica.

É dentro mais uma vez dos estudos realizados por Avelar (2001) e Ferreira (2010) que identificamos o peso partidário em sua carreira política. Francimar, como já mencionado, relutou em seguir a carreira no parlamento, e assim como colocado no livro *Mulheres na Elite Política Brasileira* (AVELAR, 2001) e *Nos Bastidores da Tribuna: mulher política e poder no Maranhão* de Mary Ferreira (2010), a mesma queria continuar por trás das campanhas. É apontado por essas autoras o quanto é comum o grande número de mulheres em campanhas, como coordenadoras ou cabos eleitorais ou até mesmo como assessoras políticas após a eleição, mas, como representantes nos cargos políticos os números são bem mais modestos.

Durante essa primeira década de inserção na política, Francimar sentiu dentro dos congressos e reuniões que participara, estranhamento e mesmo dentro do partido esquerdista que foi precursor na inclusão feminina com a política de cotas como tratado no primeiro capítulo, houve um pouco de diferenciação no início: “Nos encontros nacionais do partido a maioria eram homens no começo, eu percebia assim uma diferença um pouco na hora da fala, parece que eles não prestavam muita atenção no que as mulheres diziam.” O discurso feminino dentro de uma estrutura partidária recebe as mesmas influências culturais externas da sociedade ao ser composto por um corpo de indivíduos de determinada cultura política, como argumenta Ferreira Neto (1988) ao abordar os partidos políticos no Brasil: “[...] Os partidos compõem-se de indivíduos ou grupos, sujeitos à ação de outros indivíduos e grupos organizados, temerosos de pressões populares ou ainda imersos [...]” (1988, p.16).

Superar a falta de credibilidade política corresponde um desafio enorme quando o indivíduo se encontra em uma minoria. E Francimar sentiu essa falta de crédito em algumas situações, principalmente, quando estava no comando (a mesma já presidiu o partido no Amapá por quatro anos em 1988/1989/1990 e 1994), embora possuísse grande apoio partidário segundo ela mesma. Nesse sentido, Araújo (s/d) argumenta que os partidos não são instituições fixas e imutáveis, pois, estão em constante transformação e se adaptam ao contexto político e refletem as evidentes características de cada sociedade. Os estudos voltados comprovam uma multicausalidade ao déficit de participação política feminina, enfatizando o fator cultural como um dos mais influentes.

Francimar nesse momento, já estava imersa na política como membro atuante do Partido dos Trabalhadores. Um aspecto de suma importância é o destaque à sua construção de forma autônoma, sem ser pelos meios oligárquicos. Avelar (2001) defende que não é somente pura e simplesmente necessário a inserção de mais mulheres na política, mais do que isso, é imprescindível a introdução de mulheres comprometidas com as demandas femininas, pois, quando as mesmas se introduzem através dos meios oligárquicos, em sua maioria reproduzem as mesmas práticas conservadoras sem alterar a construção de equidade de gênero ou de outras minorias por exemplo. O partido também possibilitou sua capacitação política na cidade de Cajamar, em São Paulo. É de extrema necessidade a promoção por parte dos partidos na capacitação de mulheres na política como iniciativas desta natureza. É de competência dos partidos também, preparar os candidatos para as eleições e discutir questões da demanda social que mais tarde irão virar leis através dos mesmos quando eleitos.

Francimar queria continuar atuando no partido, mas apenas como militante e coordenadora da campanha de seus colegas, embora tivesse potencial político. E isso foi demonstrado na mesma eleição de 2000 (ela foi uma das mais votadas entre os vereadores do município com 95 votos (TRE)), somente com a insistência do presidente do partido é que lançou sua candidatura:

“[...] trouxe um abaixo assinado com muitas assinaturas que queriam que eu fosse candidata e avisou que seria colocado na pauta de reunião do PT e disse “vou logo te avisar que isso vai ser aprovado e decisão do partido tem que cumprir” e já tinha também a questão das cotas para mulheres que já existiam e ele viu que eu tinha uma boa influência.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

Souza (2007), em seu estudo realizado sob o aspecto do poder municipal comprovou que a origem de famílias tradicionais na política em Macapá e Pedra Branca do Amapari (município vizinho de Serra do Navio), são ainda a principal via de acesso aos cargos eletivos de candidatas mulheres. A mesma autora afirma ainda, que é relevante lembrar que os clãs políticos constituem ainda uma marca muito forte no Estado entre os dois gêneros nos dezesseis municípios. A conclusão desta autora é que a partir da criação do Estado em 1988 houve aumento na participação política feminina, porém assim como no restante do Brasil os avanços são bem paulatinos, e que a participação das mulheres em movimentos sociais nos respectivos municípios contribuiu de certa forma para a manutenção do poder.

Francimar é oriunda de uma família que não optou pelo caminho da esfera política. A sua entrada foi o caminho natural de muitos sindicalistas e membros de movimentos

sociais, quando segundo a mesma percebem que as reivindicações populares são mais bem atendidas quando os representantes políticos já passaram por esses tipos de organizações.

3. ELEIÇÕES E GESTÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO

3.1. Breve descrição de Serra do Navio

Apesar de o município de Serra do Navio ter sido criado oficialmente somente em 01 de Maio de 1992, a região que antes pertencia à Macapá, possui uma extensa e relevante história para o Estado do Amapá. Pertence a 11^o zona eleitoral com 3.597 eleitores (TRE/2012).

Possui atualmente 4.409 habitantes (IBGE/CENSO 2010) em uma área de 7.756,1 km² localizada a 200 km da capital do estado, onde a maior parte da economia girou em torno da mineração com a exploração de manganês durante quatro décadas.

O manganês descoberto em 1934 teve sua exploração iniciada somente na década de 50 pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), que obteve concessão do governador Capitão Janary Gentil Nunes do então Território Federal do Amapá, transformando substancialmente a região. Os altos investimentos implantaram acampamentos, um porto fluvial, uma estrada de ferro, instalações industriais destinadas ao beneficiamento do manganês e duas vilas para a habitação dos funcionários e suas famílias na área (RIBEIRO, 1992).

Segundo Ribeiro (1992) o planejamento urbano da Vila de Serra do Navio realizado pelo arquiteto paulista Oswaldo Bratke contratado pela ICOMI especialmente para este projeto, incluía os serviços públicos de educação, saúde e lazer, proporcionando aos seus empregados e suas famílias um padrão de vida elevado na época, tudo planejado desde o seu início e em virtude da descoberta do minério de manganês.

Após a saída da empresa ICOMI da Serra do Navio em 1997 (seis anos antes do término previsto no contrato, na qual determinava o ano de 2003), as discussões sobre as consequências sociais, econômicas e ambientais provocadas por esta no município se intensificaram (TOSTES et.al., s/d). Ocorre por parte dos diversos setores da sociedade, não somente dos munícipes serra-navienses, um comparativo com “a cidade modelo” do passado e a atual situação de Serra do Navio dos anos pós-ICOMI; o que representa assim enorme desafio para a atual gestão.

“Toda esta estrutura pensada para dar sustentáculo ao projeto ICOMI foi aos poucos se dissolvendo, tudo aquilo inicialmente pensado para uma população de pouco mais de duas mil pessoas foi sentido o peso da alteração de cenário; os sistemas propostos já estavam falidos para atender novas demandas existentes. Um dos exemplos mais característicos é o sistema de distribuição de energia, completamente obsoleto e com altos índices de manutenção, além do que, necessitando de mão de obra especializada da época de implantação do projeto. Os sistemas coletivos não funcionam mais e dificilmente podem ser recuperados.” (TOSTES et.al., s/d, p.05).

Segundo Tostes (s/d) a falta de recursos financeiros do município por possuir poucas atividades econômicas para desenvolver a infra-estrutura, imigração descontrolada e conflito na intervenção de demais setores institucionais externos (IPHAN, Ministério Público Federal, Estadual, Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, SEMA, ONG's), problemas fundiários foram os principais fatores que contribuíram para as dificuldades na gestão municipal após a saída da ICOMI. Corroborando neste sentido, em entrevista Francimar relatou que a indefinição de quem cabia administrar o município após a saída da ICOMI fez com que muitos problemas se arrastassem por anos: “quando a ICOMI saiu, o Estado dizia que pertencia a ele a cidade, a união reivindicava que era dela e até a empresa Alto Tocantins que comprou pelo valor de 01 (um) real afirmava que era dela, e nós do município queríamos a nossa autonomia.” (Dezembro de 2012).

A guarda do município na justiça foi solucionada em 2009 mesmo após o processo ter sido resolvido em um acordo judicial a prefeitura ainda estava com a guarda provisória em virtude de demandar muito tempo burocraticamente essa passagem definitiva.

Revitalizar o município com poucos recursos financeiros tem sido difícil para as administrações nos últimos anos. Como foi apontado pela então prefeita Francimar Santos em entrevista ao jornal Diário do Amapá no ano de 2011:

“Diário do Amapá – Todas essas dificuldades certamente esbarram na questão orçamentária, qual é a capacidade de investimentos da Prefeitura?

Francimar Santos – É, esse é o maior problema. A arrecadação da Prefeitura é muito baixa, para se ter uma ideia, tem mês que a gente arrecada entre FPM [Fundo de Participação dos Municípios] e arrecadação própria com impostos como o ICMS, o IPVA que vêm do Estado, entre R\$ 300 mil a R\$ 400 mil e você ainda tem que pagar uma folha, os encargos... Diário do Amapá - E de quanto é a folha de pagamento de pessoal? Francimar Santos – A folha tem um custo mensal bruto de R\$ 230 mil aproximadamente, pois os encargos são muito altos e agora a gente se depara com uma realidade que são os pisos [salariais] da educação, da saúde, que muita vezes são determinados pelo Congresso [Nacional] que sabidamente não conhece a realidade de municípios como o nosso. Já o Governo Federal por sua vez joga a responsabilidade para as Prefeituras por serviços públicos que não damos conta de oferecer com qualidade” (Diário do Amapá, 10 Dezembro de 2011).

A quantidade insuficiente de atividades econômicas faz com que a infra-estrutura do município se encontre defasada em muitos aspectos. Os números oficiais apontam Serra do Navio como um dos menores índices populacionais do Estado ao lado de Pracuúba e Itaubal (Censo 2010).

3.2. Os primeiros anos de Francimar Santos no município e a candidatura ao legislativo

A eleição do prefeito José Maria em 1992 foi uma vitória para o partido que segundo Francimar Santos, não esperava conquistar o executivo na primeira eleição municipal da Serra do Navio. Era necessário alguém do partido para auxiliar o novo prefeito a organizar e governar o município. Francimar se habilitou e o partido a apoiou, a deliberação de ambos foi que em 01 ano ela estaria de volta à Macapá, era tempo suficiente para ajudar a estruturar o plano de governo do novo colega gestor.

Este período do início da década de 90 coincide com a saída de Francimar dos movimentos sociais em Macapá. A saída do Conselho da Associação de Moradores na qual estava a frente, permitiu uma militância mais intensa no partido, se tornando um dos nomes mais fortes no Amapá do PT.

Como secretária de educação na Serra do Navio, Francimar estava atuando na área que se formara. No início ficou dividida entre os dois municípios, quando ainda não tinha conseguindo a transferência de seu emprego público como professora em Macapá.

Passou-se oito anos após sua chegada ao município para Francimar então se candidatar ao parlamento em 2000. Foi fundamental conhecer o município, seus problemas e os munícipes, foi época de amadurecimento sobre a realidade serra-naviense.

Conhecer a realidade local é imprescindível para o gestor público, mais especificamente, para os políticos profissionais. Francimar mesmo aponta que a estada no município como secretária de educação serviu de aprendizado para conhecer os problemas que mais adiante enfrentaria como vereadora e prefeita. Inclusive, em sua campanha de 2008. Para a reeleição à prefeitura, concorreu com um adversário político de forte capital econômico. Apontou isso como um dos principais aspectos que ajudou a derrotá-lo, bem como a forte ligação de identidade com o município, pois, o mesmo não era da Serra do Navio e nem estava muito tempo na região.

O ano de 2000 foi o primeiro ano de candidatura de Francimar no município (apenas havia se candidatado em 1986 a deputada constituinte pelo PT), como já mencionado

anteriormente ela não queria inicialmente, e estava decidida a somente coordenar a campanha do candidato José Maria ao executivo serra-naviense. Serra do Navio vivia um momento marcante na sua história em 2000, faziam três anos que a ICOMI havia saído. O município passava por graves problemas financeiros após a saída da empresa, que afetou muito o social. Dentre aos principais problemas: havia um grande contingente de desempregados.

Sua campanha foi financiada basicamente com os recursos próprios da profissão de professora e auxílio de alguns parceiros do partido, suas despesas se concentraram em combustível para o transporte e alimentação para o seu deslocamento e seus apoiadores, inclusive nas duas campanhas seguintes (2004 e 2008) ocorrera o mesmo de acordo com ela. Silvia Souza (2012) ao redigir como a mulher deve se posicionar na campanha a cargos políticos eletivos defende que é necessário saber persuadir para conquistar apoio financeiro colocando as propostas de mandato para os mesmos pessoalmente de preferência, conversando e sempre estando acompanhada com assessores, e por isso é indispensável traçar bem o plano de gestão com antecedência para convencer com as propostas de melhorias.

Francimar explica que suas campanhas ocorreram sem grandes gastos, pois, realizava as reuniões com os eleitores em domicílio, cortando desta maneira os custos. E nesse momento da entrevista menciona que foi muito favorável a criação da lei que proíbe a distribuição de camisetas, chapéus, mochilas, e realização de comícios com cantores famosos, segundo a mesma o eleitor vai porque desejar ouvir realmente as propostas de campanhas e isso contribuiu para equilibrar mais a disputa de candidatos que não tem tanto poder econômico, ela defende ter sido muito benéfico ao sistema eleitoral.

De fato a lei 11.316/2006 (alterou a lei 9.504/97) ajuda a coibir a prática de compra de votos e permite um passo na busca do aperfeiçoamento de um sistema eleitoral que segundo Araújo (s/d) ainda se mostra muito excludente às mulheres, como por exemplo, não aplicar nenhum tipo de sanção aos partidos que não preenchem o percentual brasileiro de cotas exigido.

Embora Francimar não tenha se identificado com o legislativo fez questão de levar o mandato até o fim, durante o mandato de vereadora houve especulações de que lançaria candidatura à deputada estadual, mas Francimar conta que não é a favor da interrupção do mandato para se candidatar a outro cargo eletivo. E isso demonstra a preocupação na imagem popular que construiu.

“acho horrível se elege e no meio do mandato se candidatar para outro cargo político, e não terminar aquilo que começou e acho também que o povo não perdoa

quando a pessoa se elege e não termina aquilo que se comprometeu.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

FIGURA 03: Câmara de vereadores – Serra do Navio



Fonte: Pesquisa de Campo (dezembro/2012)

FIGURA 04: Plenário da câmara de vereadores Serra do Navio



Fonte: Pesquisa de Campo (dezembro/2012)

Francimar julga como aspecto importante o candidato ouvir pessoalmente os problemas da população. Silvia Souza (2012) também coloca como fundamental na postura da mulher candidata saber ouvir os eleitores e não apenas falar as suas propostas. É em cima das demandas populares que será construído o plano de ações do mandato com os objetivos mais específicos. Através do resultado das eleições do ano 2000 (TRE) pode-se observar que Francimar dentre os sete vereadores eleitos esteve entre os três mais votados:

QUADRO 02: Resultado da Eleição para vereador Serra do Navio em 2000

PARTIDO	CANDIDATO	VOTOS	% VÁLIDOS	COLIGAÇÃO
PDT	ALDIMIRA OLIVEIRA DO NASCIMENTO DA COSTA	95	4,982	sem coligação
PSB	ATALÍBIO DOS SANTOS SILVA	61	3,199	PSDB / PSB
PT	FRANCIMAR PEREIRA DA SILVA SANTOS	95	4,982	PT / PC do B
PDT	SEBASTIÃO DE JESUS	110	5,768	sem coligação
PSB	MARCELO DA CONCEIÇÃO NUNES	58	3,041	PSDB / PSB
PDT	RÔMULO CHARLE MARQUES PALHETA	67	3,513	sem coligação
PFL	JOSE SANTOS DA TRINDADE	68	3,566	PFL / PMDB / PTB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – eleições 2000

Legislar é algo muito limitado segundo ela, fazer projetos e encaminhar para o executivo sem ter a certeza de que serão efetivados é o que mais incomoda. Mas reconhece a importância dessa esfera de poder para a sociedade, e que também contou muito na sua experiência política, admite que foi fundamental para encorajá-la para o executivo.

Embora não tenha se identificado no parlamento como ela mesma afirmou, presidiu a casa por 02 anos (2001 e 2002) e fez projetos propondo a construção da ouvidoria municipal, defendeu o orçamento participativo, criou a lei do fundo de desenvolvimento municipal e o projeto do conselho de segurança alimentar da Serra do Navio.

Fazer carreira tendo como ponto partida o âmbito municipal é o mais recomendado para estruturar a carreira política em um cargo formal. Para o gênero feminino isso significa maior possibilidade de continuar por mais tempo, pois assim como Francimar ao se eleger em 2000 esteve entre as 7.000 mulheres eleitas no Brasil sendo que se candidataram ao todo 70.321 aos legislativos municipais (AVELAR, 2001), a política local ainda é muito escolhida pela maior parte destas por ser mais favorável a condição de mulher:

“O incremento das candidaturas femininas para os cargos municipais fica evidente. Na política local é mais fácil *conciliar*, um verbo crucial na vida de quase todas as mulheres. E, no caso, trata-se de conciliar vida profissional, vida familiar e vida

política, três universos altamente envolventes e de múltiplas demandas. Esse aspecto tem sido menosprezado nas análises sobre a menor presença das mulheres na política, com raras exceções.” (AVELAR, 2001, p.p 69 e 70)

Agora, quando se trata da experiência política anterior Francimar Santos pela sua vasta militância foge a regra como explicitado mais uma vez por Avelar (2001, p.69): “Os exemplos de mulheres que ascendem à elite política pela via dos movimentos sociais, pela luta nos partidos são ainda poucos, mais gratificantes”. Ajudou a organizar desde o início o partido a que pertence e atuou durante muitos anos em movimento sociais.

3.3. A gestão na prefeitura

A melhor percepção quando já estava na câmara municipal, da falta das ações que somente caberiam ao executivo, frustraram Francimar enquanto vereadora, na visão dela havia uma enorme carência de políticas públicas no município que a câmara municipal quase nada poderia alterar. Isso foi crucial somado a decisão do partido em lhe indicar, resultou no lançamento de seu nome à prefeitura em 2004.

“Vendo a demanda que existia nas comunidades e perceber que no parlamento não se executa nada, víamos o que era preciso e poderia ser feito ,mas como vereadora não podia fazer, porque não era executivo era legislativo. E também o PT já vinha trabalhando meu nome pra lançar a candidatura do partido[...]” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

Mais uma vez é comprovado o peso da influência do partido na carreira, é necessário frisar também, que Francimar nesse momento já estava com amadurecimento político, além da popularidade pelo mandato de vereadora e a influência na comunidade como professora. Após a vitória na eleição em 2004, Francimar encontrou muitos desafios para resolver. A inadimplência do município era apenas uma das dificuldades da crise após a saída da ICOMI. “Município pequeno, tem poucos recursos e muita demanda.” (Pesquisa de Campo (dezembro/2012).

Tirar o município da inadimplência e buscar recursos em Brasília foi uma das primeiras atitudes da nova administração pública no começo do mandato. Busca esta, que teve êxito, pois hoje o município é credor para empréstimos de municípios adjacentes como relatado pelo chefe de gabinete da prefeitura Manoel Oliveira:

“Ela se esforçou para tirar este município da inadimplência, viajou à Brasília porque o município estava muito sem crédito, nem convênios podiam ser feitos, lutou para mudar isso e hoje é diferente o município serve até de credor para alguns municípios vizinhos do centro-oeste do estado, como Ferreira Gomes, Porto Grande e Pedra Branca, pois agora Serra do Navio é adimplente e sem pendências e estes municípios ainda se encontram inadimplentes.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

FIGURA 05: Prefeitura de Serra do Navio



Fonte: Pesquisa de Campo (dezembro/2012)

O secretário de Turismo do município ouvido nesta pesquisa, também afirmou quando questionado sobre a gestão de Francimar as barreiras burocráticas que ela enfrentou pela falta de crédito e sua mobilização que reverteu este quadro problemático:

“[...] quando se trata do trabalho de gerenciar o patrimônio público, precisa ter conhecimento de formalização, e a prefeita Francimar tem levado muito a sério isso, não é a toa que o município tem sido a fonte das compras do projeto “Território cinco” é esse município aqui que tem comprado todos os equipamentos para os outros municípios e muitas vezes tem chegado recursos do MDA porque este município esteve adimplente, porque a prefeita tem tomado conta direito da documentação[...] em tempo para poder negociar e receber recursos de fora como: como recursos do Estado, emendas parlamentares federais que foram aprovadas e construídas, adquirindo patrimônio através de emendas dessa natureza” (Pesquisa de campo/ Josino Maximiliano de Souza / dezembro, 2012)

O primeiro mandato na prefeitura Francimar dedicou em resolver os problemas de inadimplência municipal. Ela afirma que reeleição é mais complicado para todo político e teve que explicar aos eleitores, o porquê não havia feito tantas obras na prefeitura entre 2005 e 2008, contando sobre a baixa arrecadação do município e a grave inadimplência que não permitia empréstimos.

No segundo mandato ela pôde realizar algumas demandas daquele município como, por exemplo, a reforma da Escola Municipal Beija flor (Figura 06, p. 57); disponibilização de um espaço para o centro digital; construção da creche Beija flor (Figura 07, p. 57); construção do centro de melhor idade (Figura 10, p.62).

FIGURA 06: Escola Beija flor



Fonte: Pesquisa de Campo (dezembro/2012)

FIGURA 07: Creche municipal Beija flor



Fonte: Pesquisa de Campo (dezembro/2012)

No final do segundo mandato na prefeitura (2012), o município foi premiado pelo Selo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)-Município Aprovado como um dos quatro (Calçoene, Macapá, Mazagão e Serra do Navio) que atingiram os índices de Políticas Públicas e impactos sociais desejáveis às crianças e adolescentes no Amapá.

O relatório se refere à edição 2009-2012 do Selo, mas com alguns indicadores que abrangem observações iniciadas em 2007. Abaixo está parte dos indicadores sociais do Selo UNICEF em Serra do Navio. (ver quadro 03 e 04) :

QUADRO 03: Eixo de Impacto Social

Obj.	Indicadores	Ano inicial **	Ano final ***
01	1.1. Percentual de crianças menores de 02 anos de idade desnutridas. Fonte: MS/SIAB.	2007: 6.46	2011: 1.59
02	2.1. Percentual de escolas que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB (anos iniciais)	2007: 0.00	2011: 100.00
	2.2. Taxa de abandono no Ensino Fundamental- Fonte:MEC/INEP	2007: 0.50	2011: 0.30
	2.3. Distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental- Ano inicial (revisado) Fonte: MEC/INEP	2007: 0.00	2011: 0.00
04*	4.1. Taxa de mortalidade infantil Fonte: MS/Pacto da atenção Básica	2007: 0.00	2010: 13.70
	4.2. Percentual de óbitos neonatais do total de óbitos infantis Fonte: MS/SIM	2007: 0.00	2010: 100.00
05	5.1. Percentual de nascidos vivos de mulheres com sete ou mais atendimentos de pré-natal Fonte: MS/SINASC	2007: 22.54	2010: 35.62
	5.2. Percentual de nascidos vivos de meninas de 10 a 19 anos Fonte: MS/SINASC	2007: 19.72	2010: 28.77
06	10. IPA-Incidência Parasitária Anual (Malária)-Fonte: MS/SISMAL-SIVEP	2007: 146.43	2011: 205.02
07	7.1.Percentual de domicílios com coleta de lixo Fonte: MS/SIAB	2007: 80.31	2011: 83.72
09	9.1. Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos Fonte: MS/SIM	2007: 0.00	2010: 0.00
	9.2. Percentual de menores de 1 ano com registro civil, do total de nascidos vivos Fonte:IBGE/Censo 2010	N/A	2010: 95.56

Fonte: Relatório Finais para Informação-Selo/UNICEF-Município-Aprovado-Edição (2009-2012)

Obs: Não constam os itens 03 e 08 no quadro 03: do relatório de Dados Oficiais Finais, nos quatro municípios premiados (Calçoene, Macapá, Mazagão e Serra do Navio).

QUADRO 04: Eixo de Gestão de Políticas Públicas

Obj.	Indicadores	Ano Inicial **	Ano Final ***
01	1.1. Percentual de crianças com aleitamento maternos exclusivo até 4 meses Fonte: MS/SIAB	2007: 83.71	2011: 85.71
02	2.2. Percentual de crianças beneficiadas pelo BPC que estão na escola Fonte: MDS/MEC	2008: 42.86	2011: 83.33
04	4.1. Percentual de crianças com menos de 01 ano com vacina tetravalente Fonte: MS/PNI	2007: 163.38	2011: 117.57
	4.2. Percentual de crianças menores de 01 ano imunizadas contra Hepatite B Fonte: MS/PNI	2007: 167.61	2011: 124.32
	4.3. Cobertura do Programa Saúde da Família Fonte: MS/SIAB	2007: 106.40	2011: 100.00
	4.4. Proporção de óbitos infantis investigados Fonte: MS/SVS	2007: 0.00	2010: 0.00
05	5.1. Proporção de óbitos de mulheres de 10 a 49 anos investigados Fonte: MS/SVS	2007: 0.00	2010: 0.00
08	8.3. IGD-Índice de Gestão descentralizada Fonte: MDS	2008: 0.678	2011: 0.885
09	9.1. Percentual de óbitos por causas mal definidas Fonte: MS/SIM	2007: 0.00	2010: 0.00
	9.2. Taxa de cobertura de CRAS Fonte: MDS	2008: 0.00	2011: 0.00

Fonte: Relatório de Dados Oficiais Finais-Para Informação-Selo UNICEF, edição 2009-2012.

Obs: (Não constam itens 3,6 e 7 na tabela 02 do relatório)

** Dado considerado na Linha de Base, organizada pelo UNICEF no início da edição do Selo.

***Dado mais recente disponível nas fontes oficiais na finalização da edição do Selo

Percebe-se que os dados referentes aos anos finais de observação justamente os que correspondem ao segundo mandato de Francimar Santos na prefeitura são melhores, entre eles, merece ênfase os índices da área educacional com 100% de escolas que atingiram a meta do IDEB.

FIGURA 08: Francimar na premiação do selo da UNICEF – 2012



Fonte: ASCOM/PMSNV

3.3.1. Os últimos anos na prefeitura

Durante o tempo em que esteve à frente do executivo municipal, muitas metas foram alcançadas, mesmo com as limitações. Francimar dos Santos afirmou em entrevista que a questão orçamentária do município com suas limitações econômicas e a guarda do município que somente foi resolvida em 2009 se mostraram como grandes entraves para maior parte das suas ações.

Até mesmo dentro de um dos setores que Francimar priorizou em sua gestão, como a educação, Pedro Gomes Carvalho que já foi presidente do sindicato dos professores da Serra do Navio, no qual trabalha há doze anos, relatou os avanços e dificuldades da categoria de professor e ressaltou as restrições econômicas que o município enfrenta.

“Em relação à educação avançamos muito no plano de carreira que hoje está sendo praticado integralmente; foi uma conquista maravilhosa para o setor da educação no que diz respeito a direitos trabalhistas, a valorização profissional muito melhor que o Estado, todos os professores estão ganhando progressão e promoção, aqui no município é pago o piso salarial, e percebemos que só não há mais investimento pela

queda de recursos mesmo que é algo sério aqui do município, a baixa arrecadação do FPM (Fundo de participação dos municípios).” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

O segundo mandato na prefeitura promoveu inclusão feminina como, por exemplo, cursos de capacitação profissional de mulheres, a criação da coordenadoria da mulher, a construção da creche Beija-Flor, implementou o projeto do governo federal (Rede Cegonha) no município que assiste gestantes em um centro especializado de apoio, através do Plano Municipal da Rede de Atenção Materno Infantil, também nomeou durante seus mandatos mulheres para ocuparem funções em secretarias de Serra do Navio:

[...] Ivone foi uma boa secretária de saúde. A Janete também foi minha secretária de finanças e foi minha aluna, a Catiane também, estudaram e quando terminei o primeiro mandato elas já estavam praticamente formadas, a Paulinha também a Zilma, a Olga que era da coordenadoria da mulher, todas filhas de Serra do Navio. Exemplos de mulheres que contribuíram muitos nesses oito anos de mandatos. Criamos o conselho das mulheres e a Coordenadoria das mulheres. [...]” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

Segundo Francimar (Pesquisa de campo/dezembro, 2012), houve um período em que a maioria dos funcionários que realizavam a limpeza e manutenção do município eram mulheres. Muitos elogiavam a maneira cuidadosa que essas funcionárias exerciam suas atividades. Em razão do combate a violência doméstica, através da Lei Maria da Penha e, pela repercussão de um caso de violência que abalou Serra do Navio, todos os anos acontece a “marcha das Marias de Nazaré”, uma maneira que a população encontrou para manifestar seu apoio ao combate à violência.

FIGURA 09: Marcha das Marias de Nazaré



Fonte: ASCOM/PMSNV

Durante o trabalho de campo/dezembro (2012) visualizou-se no painel do prédio da prefeitura, informações de interesse da população, um modelo simplificado de prestação de conta, pela prefeitura de Serra do Navio no exercício de 2012. Entre elas estavam:

- A conclusão de 10,0 Km de vias e ramais na comunidade do Cachaço dando acesso a um dos pontos turísticos da Serra do Navio: a cachoeira da fumaça, o valor da obra R\$ 41.072, 00 (Quarenta e um mil e setenta e dois reais).
- A inauguração em outubro-2012 do Centro de Convivência da Melhor Idade (CCMI) na colônia de Água Branca, realização através de emenda parlamentar da deputada Lucenira Pimentel que destinou o recurso de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) juntamente com o Ministério da Defesa via Calha Norte e, contrapartida da prefeitura no valor R\$ 9.000,00 (nove mil reais), o centro possui oito salas e um salão de evento.

FIGURA 10: Centro de convivência da melhor idade



Fonte: ASCOM/PMSNV

- Será ampliado pela prefeitura o ramal do Cachaço, contando com o benefício do PROTAF em 2013. A ampliação do ramal irá suprir as necessidades de escoamento de produtos agrícolas, insumos e transporte escolar que hoje é uma necessidade latente da comunidade.
- Nos dias quatro e seis de setembro comemorou-se o aniversário do Parque Nacional de Montanhas do Tumucumaque (abrange Oiapoque, Laranjal do Jari, Calçoene e Almerim) que possui dez anos de criação. A solenidade contou com a presença da prefeita Francimar Santos, onde foi inaugurado o Centro Rústico de Vivência e servirá de base para a futura instalação de um centro de interpretação da natureza.

- Apuração de dados revela que os casos de violência no município de Serra do Navio são elevados e as denúncias são raras, o que aumenta a impunidade aos agressores. A marcha das Marias de Nazaré reuniu estudantes, funcionários públicos e sociedade em geral.
- Prefeita entregou em dezembro-2012 vinte casas populares aos moradores de Pedra Preta pelo programa habitacional Prefeitura municipal de Serra do Navio (PMSNV), construídas com recursos do Termo de Ajuste de Conduta celebrado entre Ministério Público e MMX, com contrapartida da prefeitura na forma material (madeira) e execução. As casas foram sorteadas e entregues aos moradores das margens do Rio Amapari que passavam por dificuldades com o aumento pluviométrico do período de inverno.
- Na mesma ocasião a Associação de Moradores da Pedra Preta (AMAPP) recebeu as chaves do centro comunitário das mãos da prefeita Francimar Santos também construído com recursos do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e execução da prefeitura municipal de Serra do Navio (PMSN).
- Prefeitura entrega ambulância para a comunidade de Água Branca em parceria com a emenda da deputada Dalva Figueiredo pelo programa Calha Norte-Ministério da Defesa, a prefeitura do município de Serra do Navio colaborou com R\$ 26.000, 00.

FIGURA 11: Entrega da ambulância para comunidade de Água Branca



Fonte: ASCOM/PMSNV

Com base nas informações coletadas na prefeitura, percebe-se que parte das ações da prefeitura são fomentadas por emenda parlamentar, demonstrando a baixa arrecadação do município.

A ausência de obras e a busca definitiva da autonomia do município de Serra do Navio foram os mais sérios problemas do primeiro mandato de Francimar como gestora da prefeitura. Outro problema detectado, foi a precária pavimentação do núcleo central da cidade, uma vez que a cobertura asfáltica da cidade foi realizada pela empresa ICOMI, no período que explorava o manganês da região, com o fim das atividades exploratórias e sem manutenções as ruas e avenidas praticamente não possuem asfalto.

FIGURA 12: Precária camada asfáltica



Fonte: Pesquisa de campo/dezembro, 2012

Em razão do rigoroso sistema burocrático brasileiro Francimar não implementou mais ações que beneficiassem a população serra-naviense, diversas vezes a prefeitura iniciou projetos que seriam financiados com recursos federais, mas em virtude das exigências burocráticas não foi possível executá-los. Para Weber (1999) a burocracia consiste na organização racional e minuciosa para se alcançar um objetivo, seguindo as etapas que o sistema exige.

Atualmente, Francimar Santos não ocupa mandato político, mas continua a contribuir com o Partido dos Trabalhadores e com as prefeituras que o partido conquistou no interior do Estado. Foi o que colocou como metas que faria após o encerramento do seu mandato na

prefeitura auxiliando na elaboração de projetos. O que reforça a troca entre ela e partido que percorreu toda sua carreira e a contínua atuação política.

Afirmou que durante suas gestões a maneira como se relacionou com a população e com os adversários políticos fez diferença. Assumiu uma relação flexível com todos os segmentos. Com os vereadores, por exemplo, da direita, quando precisava que aprovassem um projeto, dialogava e mostrava a importância que havia para o município: “Outro diferencial é de nunca se omitir, mas conversar; acreditar muito em Deus, reconhecendo que tem uma missão a cumprir, porém, recuar quando necessário” (Francimar Santos-Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

Ter o conhecimento da lei para segui-la, construir base criando uma militância contínua, para buscar apoio na pré-campanha, e durante o mandato é necessário escolher bem a equipe, saber buscar recursos que consistem em pontos fundamentais, segundo Francimar: “Tem que ter jogo de cintura no poder público saber argumentar dentro da lei, coisas que em uma empresa privada são resolvidas rapidamente, no poder publico se leva muito tempo.” (Dezembro de 2012). Conhecer bem o local em que está se candidatando, realizar as mudanças necessárias em momento oportuno, e quando estas não forem viáveis, também explicar à população com justificativas legais.

“O apoio não somente às mulheres, mas aos homens também. Ter uma base de apoio, um grupo se pretendo ser candidato tenho que ter o respaldo, e pra ter esse respaldo você tem que construir isso, não é de uma hora pra outra. Tem que conhecer os problemas, a realidade daquele local, as pessoas e tudo mais.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

Ter um contato direto com a comunidade e se adaptar às novas situações que surgem. As ideias do partido são importantes, mas opiniões próprias também devem ser respeitadas, ela contou que sempre foi muito independente com relação às suas convicções. Francimar reconhece que foi difícil convencer os eleitores na segunda campanha à prefeitura, uma vez que admitiu não ter realizado obras, porém, enfatiza que ter clareza é importante nesse relacionamento com a comunidade:

“porque passei muito tempo arrumando a casa [...] o eleitor percebeu isso que eu conheço os problemas e as pessoas aqui muito bem, conheço as pessoas pelo nome, frequento a igreja, saio na comunidade e isso conta mais que o dinheiro, olhar olho no olho, falar a verdade.” (Pesquisa de campo/dezembro, 2012)

A reeleição foi uma conquista para Francimar, porque segundo a mesma, é mais difícil que a eleição, pois, a cobrança é maior. Ela defende que o IPI que foi retirado pelo

governo federal para controlar a inflação e parte do imposto de renda, eram considerados recursos fundamentais do Fundo de participação Municipal (FPM), o que compromete muito o orçamento de todas as prefeituras. Diante de dificuldades no mandato ou campanha, como estas, o importante, segundo Francimar é ter foco para não desistir, além disso, exemplificou utilizando a trajetória de Lula, que chegou à presidência da República porque possuía uma longa história política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado visou demonstrar os caminhos percorridos que sucedem ao longo de uma trajetória política feminina. Além de traçar um plano geral da situação da mulher em tal esfera, consideramos a experiência de uma amapaense para que fosse exposta empiricamente essa realidade em nível local.

Francimar Santos contribuiu para a cidadania das mulheres, como estipulado na primeira hipótese de que ela seria um sujeito político cujo papel consolidou a cidadania feminina. Ocorreram algumas iniciativas para promover a cidadania das mulheres serra-navienses como por exemplo, a elaboração do projeto do conselho da mulher enquanto vereadora e apoio ao combate da violência doméstica como prefeita.

Os mandatos obtiveram aceitação do eleitorado serra-naviense uma vez que ela foi a primeira prefeita reeleita no município e primeira mulher a exercer tal cargo. Assim, é confirmada a hipótese da qualidade de sua gestão no seu eixo de políticas públicas, resultando na renovação dos seus mandatos. E isso demonstra que a mulher tem potencial na administração pública. Se investido em sua candidatura, principalmente por parte do partido, haverá mais mulheres representantes políticas.

O engajamento de Francimar Santos em grupos e/ou movimentos sociais, além de participação em associações e conselhos, a liderança que exerceu nesses segmentos foi importante para aprimorar sua retórica, seu discurso em público e compreensão do sistema político. Verificou-se ainda, que ela teve suas bases de atuação política nos movimentos sindicais e sociais dos quais participou. E isso foi decisivo para despertar a vontade de participar da política formal e reivindicar melhorias em áreas como saúde, transporte, trabalho, por exemplo. Uma vez que tudo depende da política de projetos e leis. Assim, a determinação por mudanças na militância foi fundamental, como suposto inicialmente, de modo também para ultrapassar os obstáculos de ordem pessoal, além das dificuldades posteriores que se fizeram presentes nos mandatos.

A eleição em um município pequeno, a resistência inicial familiar e o descrédito do discurso do começo da trajetória, do caso estudado, são sinais da influência da cultura patriarcal. Observou-se que as cotas partidárias tiveram uma leve influência durante a vida política da liderança escolhida na pesquisa, porém, um papel complementar. Ainda assim, estas servem como medidas de incentivo para que os partidos políticos invistam nas carreiras

femininas, assim como ocorreu neste caso específico em que o partido reconheceu a popularidade existente e decidiu viabilizar sua candidatura.

É indispensável promover a inclusão das mulheres na esfera política formal para que mais do que inclusão de minorias haja na sociedade a elegibilidade de pessoas que buscam transformações sociais, pois, o número de mulheres em movimentos sociais é grande. No entanto, são poucas as que se candidatam e menos ainda, as que conseguem se eleger. Através da influência permanente do partido político fica claro a necessidade de promover esta transição da esfera informal para a formal.

Desta forma, e diante da problemática a que o estudo se propôs: Como se constrói a trajetória e participação de uma mulher na política? Explica-se a construção do caso estudado, atribuindo à participação nos movimentos sociais e sindicais o que permitiu experiência de vida política, auxiliando posteriormente sua gestão somada aos incentivos do partido através da contínua ligação desenvolvida entre ambos, durante 33 anos. A participação política antes do cargo representativo é importante para a mulher compreender a lógica de funcionamento do envolvimento político, principalmente, aprender a se relacionar bem como, desenvolver mudanças referentes ao segmento.

Verificou-se também, que o aspecto que caracterizou a trajetória desta experiência e serviu para a continuidade do seu exercício político foi a conquista de espaço dentro do próprio partido. O partido político apoiou e a incentivou fazer essa transição (evoluir de apenas membro partidário para concorrer a candidaturas). Permitiu também o avanço para esferas maiores, ao sair do legislativo rumo ao executivo.

Na abordagem realizada, foi possível concluir que o objeto de estudo deste trabalho representa a recente participação política feminina no Estado, alcançando ainda que lentamente a relevância merecida. O caminho da equidade de gênero na política amapaense ainda se mostra bem longo, e a valorização da sociedade às mulheres que adentram este espaço como um segmento oriundo de uma minoria, é fundamental para reverter este quadro.

A crescente participação política feminina nos partidos e movimentos sociais não condiz com o ritmo paulatino do empoderamento da mulher na esfera formal de representação. Quando as mulheres vindas da base política (movimentos sociais, sindicatos e associações) que dedicaram anos de atividade nesta esfera são apoiadas em sua atuação, é possível que estas sejam exemplos para que mais mulheres se insiram. Quando há essa junção da mulher em se engajar e iniciar uma militância, e o partido político contribuir com o apoio necessário, ocorre a promoção de mais mulheres representantes políticas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jaciléia Cadete. **Relações Sociais de Gênero e política partidária: Inserção partidária das mulheres na política maranhense**. 2010. p.133. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. A influência espírita no feminismo paraense. *In* ÁLVARES, Maria Luzia Miranda, D'INÇÃO, Maria Ângela e SANTOS, Eunice Ferreira dos. (org.); **Mulher e Modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001.

ARAÚJO, Clara. **A intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instancias de representação..s/d**. Disponível em: <<http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br>. p.28>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

_____; CINTRA Antônio Octávio (org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BRASIL. **Decreto Lei nº9100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá providências, Brasília: 1995. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9100-29-setembro-1995-372892-norma-pl.html>>. Acesso em 26 de agosto de 2012.

BRASIL. **Decreto Lei nº9504, de 30 setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições de outubro de 1998 e dá outras providências. Brasília: 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em 26 de agosto de 2012.

Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA. **O aumento do número de mulheres eleitas em 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3797&catid=212&Itemid=146>. Acesso em 29 de Novembro de 2012.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Reflexões acerca do poder, do patriarcado e da cidadania das mulheres**. Produção do Conhecimento Feminista: Memória e ação política dos estudos na contemporaneidade. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero-Redor. p.865-886. São Luís, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25ª ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FERNANDES, António Jorge; PAIS, Cassiano. s/d. **A economia brasileira na década de 80: conseqüências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado**. Universidade de Aveiro:Departamento de Economia. Lisboa Portugal. Disponível em: <<http://www2.egi.ua.pt/xxiaphes/Artigos/a%20Fernandes%20onInflama%C3%A7%C3%A3o.PDF.p.17>> Acesso em 15 de Janeiro de 2013.

FERREIRA NETO, Edgar Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

FERREIRA, Ana Luiza Coelho Araújo da Silva. **Movimentos feministas e partidos políticos: uma análise transversal e histórica das candidaturas femininas**. Produção do Conhecimento Feminista: Memória e ação política dos estudos na contemporaneidade. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero-Redor. São Luís, 2010.

FERREIRA, Maria Mary. **Nos bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão**. São Luís: Editora Edufma, 2010.

FRAZÃO, Maria das Dores Cardoso; MOTTA, Diomar das Graças. **Em cena: empoderamento de mulheres diretoras**. Produção do Conhecimento Feminista: Memória e ação política dos estudos na contemporaneidade. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero-Redor. São Luís, 2010.

Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF. **Relatório de Dados Oficiais Finais-Para Informação Selo UNICEF Município Aprovado**. Edição 2009-2012.

GUERRA, Raquel Diniz. **Mulher e Discriminação**. Belo Horizonte, Editora Fórum, 2011.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_amapa.pdf> Acesso em 09 de outubro de 2012.

JUCOVSKY, Vera Lúcia R.S. **Representação política da mulher**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

LISBOA, Teresa Kleba. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. 28 de agosto de 2008. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf> Acesso em 22 de Março de 2013

MAGALHÃES, Simone Maria. **Poder e violência: Hannah Arendt e a Nova Esquerda**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2008. p.39- 69. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Posgraduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/magalhaes_m_me_mar.pdf>. Acesso em: 02 março de 2013.

MIGUEL, Sônia Maria Malheiros. **A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro**. CFEMEA . — Brasília: CFEMEA, 2000. Disponível em:

<http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/A_Politica_de_Cotas_por_Sexo.pdf> p.213. Acesso em 18 de Setembro de 2012.

MONTEIRO, Christiane Schorr. **As conquistas e os paradoxos na trajetória das mulheres na luta por reconhecimento**. 2008. p.222. Dissertação (Mestrado em Direito)-Departamento de Ciências Sociais aplicadas, Universidade Integrada do Alto Uruguai, Santo Ângelo .2008.

MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá-O passado é o espelho do presente**. Macapá: JM Editora Gráfica, 2011.

_____. **Governadores do Amapá: Principais Realizações**. 2ªed. Macapá: JM Editora Gráfica, 2009.

NARDI, Antonio; NOVAES, Elizabete David. **Normas técnicas para TCC**. Centro universitário UNISEB. Biblioteca UNISEB. p. 1-78. Ribeirão Preto, 2012.

OSBORNE, RICHARD. **Dicionário de Sociologia**. Disponível em: <http://www.cmrj.ensino.eb.br/ensino/notas_aula/2bim2012/8HIS04.pdf> Acesso em 19 de dezembro de 2012.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina 20 a 26 de março de 2005-Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/29.pdf>> Acesso em 29 de janeiro de 2013.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio: Comunidade urbana na selva amazônica**. São Paulo: Pini, 1992.

RODRIGUES, Yasmin Aparecida. **Definição do espaço da mulher: público ou privado**. Produção do Conhecimento Feminista: Memória e ação política dos estudos na contemporaneidade. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero-Redor. p.963-985. São Luís, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Francimar. Se cada um fizer um pouco vamos recuperar a Serra. Macapá: 2011. **Diário do Amapá**. Entrevista concedida ao jornalista Cleber Barbosa.Disponível em: <<http://amapaempaz.blogspot.com.br/2011/12/se-cada-um-fizer-um-pouco-vamos-salvar.html>. 10/12/2011.> Acesso em 08 de outubro de 2012.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carlyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. **“Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida**. 2007. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. Acesso em 11 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article/viewFile/6/4>>

SOUZA, Adirleide Greice Carmo de. **O perfil político de Socorro Pelaes – a primeira mulher eleita prefeita no estado do Amapá.** 2007. 67.f.Monografia (Graduação em Ciências Sociais)- Faculdade de Macapá, Macapá. 2007.

SOUZA, Silvia Rita. **A Mulher Candidata: Competindo para vencer.** Brasília: Alpha Gráfica e Editora, 2012.

TINOCO, Rui. **Histórias de vida: um método qualitativo de investigação.** 19-07-2007. Disponível em:
<http://www.miniwebcursos.com.br/curso_aprender/modulos/aula_4/artigos/A0349.pdf>
Acesso em 16 de outubro de 2012.

TOSTES, José Alberto. Et.al. **Serra do Navio o mito da cidade no meio da selva.** Macapá, Ap. s/d. Disponível em
<<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT3-556-457-20080515094101.pdf>> p.13. Acesso em 03 de Dezembro de 2012.

TRIBUNAL Regional Eleitoral do Amapá. **Resultado de eleições anteriores.** Disponível em: <<http://www.tre-ap.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes>>. Acesso em 05 dezembro de 2012.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações.** 2ªed.São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

_____. **Conceitos básicos de sociologia.** São Paulo: Editora Moraes, 1987.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 1999. p. 187-233

_____. **Metodologia das Ciências Sociais, parte 1.** São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNCICE – A

Entrevista: Francimar Santos

Vida pessoal:

1. Qual seu nome completo?
2. Onde nasceu?
3. Qual sua origem dos pais/família?
4. Onde estudou e passou sua infância?
6. Participava do grêmio estudantil?
7. Como começou a entrar nos movimentos sindicais/sociais?
8. O que viu de interessante neles?
9. Teve o apoio dos familiares para participar da política?
10. Início da carreira de professora, por que optou pelo magistério?
11. Como chegou ao município de Serra do Navio e se estabeleceu?
12. Por que optou pela Serra do Navio?

Carreira política:

1. Quando teve início seu interesse em participar da política (nos movimentos sociais e nos sindicatos)?
2. Qual seu maior desafio nesse primeiro momento de entrada na política informal?
3. Acredita que a vida pessoal influencia muito a carreira política?
4. Ser mulher foi em algum momento um problema para ingressar na política?
5. Como foi o começo da militância no PT?
6. O partido na Serra do Navio possui a mesma articulação da capital do estado, e é uma boa articulação para com as mulheres?
7. Como aconteceu a decisão em lançar a 1^o candidatura para o cargo de vereadora?
8. Como arrecadou recursos financeiros para sua campanha?
9. O que fez durante a campanha pra conquistar o voto dos cidadãos Serranos?
10. Faça um balanço do seu primeiro mandato.
11. A campanha da reeleição para vereadora você considera que foi mais fácil ou mais difícil, por quê?
12. A experiência tanto no sindicalismo quanto a do primeiro mandato pesou muito para mantê-la no poder?

13. O que você considera o seu diferencial político?
14. Quais os apoios que um candidato ou mais especificamente uma mulher deve buscar para ter sucesso nas urnas?
15. O que a fez se candidatar para prefeitura?
16. A decisão de continuar a carreira política foi uma decisão consensual com o partido e a família?
17. Para um cargo mais elevado como é o caso do executivo municipal, é necessário agir de que forma para vencer os obstáculos que aparecem?
18. Teve vontade de desistir da política em algum momento?
19. Quais as dificuldades encontradas na administração da prefeitura?
20. Conte como foi os primeiros 4 anos na prefeitura?
21. Conseguiu realizar o que pretendia?
22. Conseguiu alcançar os objetivos políticos no 2 mandato de prefeita?
23. Pretende continuar na política? (caso sim de que forma?)

APÊNCICE – B

Entrevista: Familiares de Francimar

1. Qual seu nome completo, idade e o grau de parentesco com Francimar?
2. Como você lembra ter sido o início da carreira política de Francimar?
3. A família esteve apoiando Francimar durante sua carreira política?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas por Francimar para se manter na política?
5. Como é a atuação de Francimar na comunidade?
6. Francimar sofreu preconceito na política por ser mulher?
7. O que você acredita que ajudou Francimar a entrar e permanecer na política?

APÊNCICE – C

Entrevista: Amigos

1. Qual seu nome completo e idade?
2. Como conheceu Francimar?
3. Como era o comportamento de Francimar na militância e no partido?
4. Francimar teve apoio dos amigos para ingressar na política?
5. Qual sua opinião a respeito da gestão política de Francimar? (vereadora/prefeita)

Amigo (Eugenio Furtado)

6. Como foi criado a central das Associações de moradores?
7. Conte como aconteceu a denuncia do prefeito Azevedo Costa?
8. Como era conviver com as ameaças?
9. Como era Francimar dentro do partido?

APÊNCICE – D

Entrevista: Funcionários

1. Qual seu nome completo e profissão?
2. Como conheceu Francimar e há quanto tempo?
3. Quais as atitudes, relevantes em sua opinião, que Francimar adota para administrar Serra do Navio com respeito aos seus eleitores?
4. O que torna a carreira política de Francimar sólida, em sua opinião?
5. As ações e projetos realizados por Francimar atendem os anseios da população?

ANEXOS